

RELATÓRIO DE ATIVIDADES

2º/2016

2017



CAPES

RELATÓRIO DE GESTÃO 2º/2016-2017**Presidente da República**

Michel Miguel Elias Temer Lulia

Ministro da Educação - MEC

Rossieli Soares da Silva

Presidente da CAPES

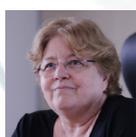
Abilio Baeta Neves

Diretor de Gestão - DGES

Anderson Lozi da Rocha

Diretor da Avaliação - DAV

Rita Barradas Barata

Diretora de Relações Internacionais - DRI

Concepta Margaret McManus Pimentel

Diretor de Programas e Bolsas no País - DPB

Geraldo Nunes Sobrinho

**Diretor de Formação de Professores da Educação Básica - DEB e
Diretor de Educação a Distância - DED**

Carlos Cezar Modernel Lenuzza

Diretor e Tecnologia da Informação - DTI

Sandro de Oliveira Araújo

Editor

Marcelo Grangeiro Quirino

Revisão de Conteúdo e Texto

Daniella Maria Barandier Toscano



Sandra C. Inácio

Capa e Tratamento das Imagens

Edson Ferreira de Moraes

Projeto gráfico e Diagramação

Renato Ribeiro Junqueira Borges



Tatiana Moser Lopes

Apoio Editorial, Distribuição e Cadastro

Astrogildo Brasil dos Santos

Destacam-se os seguintes técnicos que contribuíram para a execução deste Relatório de Atividades:

DGESLucy Anne Vieira de Oliveira
Coordenadora da CGOFJordana Magalhães Cascais Meleiro
Assessora da DGES**DAV**Andre Luiz B. Varandas Pinto
Assessor da DAVTalita Moreira de Oliveira
Coordenadora da CGAP**DRI**Adi Balbinot Junior
Coordenador da CGMRMarilene M. Augusto Vieira
CGBPSoraia Queiroz Costa
Chefe da DMRCyntia Sandes Oliveira
Acessora da DRI

DPB



Alexandre Marafon Favero
Coordenador geral da CGSR



Patrícia de Almeida Silva
Coordenadora geral da CGPP

DEB



Claudete Batista Cardoso
Coordenadora geral da CGV



Izabel Lima Pessoa
Coordenadora geral da CGDOC

DED



Luiz Alberto Rocha de Lira
Coordenador geral da CGPC



Maria Cristina Mesquita da Silva
Coordenadora geral da CGIE



Bruno Teles Nunes
Coordenador geral da CGFO

DTI



Gustavo Jardim Portela
Coordenador geral da CGS



Carlos Eduardo Marinho de Almeida
Coordenador geral da CGII

CCS



Haydée Vieira Soares
Fotógrafa da CCS

SUMÁRIO

Apresentação	9
Introdução	10
Gestão da CAPES	11
Avaliação da Pós-Graduação Brasileira	13
Cooperação Internacional, Bolsas e Auxílios no Exterior	17
Programas e Bolsas no País	22
Formação de Professores e a Educação Básica	34
Tecnologia da Informação	39

LISTA DE FIGURAS

Figura 6.1 – Aplicativos para dispositivos móveis desenvolvidos para os usuários de sistemas da CAPES	39
Figura 6.2 – Infraestrutura de TIC necessária para sustentação das ações finalísticas da CAPES	39
Figura 6.3 – Mapa Estratégico do PDTIC da CAPES de 2017- 2019	40

LISTA DE GRÁFICOS

Gráfico 2.1 – Avaliação Quadrienal de 2017 – programas e variação de notas	14
Gráfico 2.2 – Avaliação Quadrienal de 2017 – distribuição das notas dos programas avaliados	15
Gráfico 2.3 – Avaliação Quadrienal de 2017 - agrupamento de instituições conforme o número de PPGs ofertados	16
Gráfico 2.4 – Avaliação Quadrienal de 2017 - números e percentuais dos programas dos pós-graduação, segundo natureza jurídica das IES	16
Gráfico 3.1 – Principais destinos dos beneficiários de programas de mobilidade internacional do 2º/2016 e 2017	18
Gráfico 4.1 – Distribuição dos projetos nas IES receptoras, baseada no Edital Dinter nº 11/2015	26
Gráfico 4.2 – Distribuição dos projetos nas IES receptoras, baseada no Edital Dinter nº 02/2016	26
Gráfico 4.3 – Evolução do custo do Portal de Periódicos da CAPES em milhões de dólares (US\$) de 2011 a 2017	31
Gráfico 4.4 – Evolução do número de periódicos disponíveis no Portal de Periódicos da CAPES de 2001 a 2017	31
Gráfico 4.5 – Evolução do número de instituições atendidas pelo Portal de Periódicos da CAPES de 2001 a 2017	32
Gráfico 4.6 – Evolução do número de acessos ao Portal de Periódicos de 2001 a 2017	32
Gráfico 4.7 – Evolução do custo de acesso ao conteúdo assinado pelo Portal de Periódicos da CAPES de 2001 a 2017	33
Gráfico 5.1 – Licenciandos bolsistas por região do Pibid em 2017	35
Gráfico 6.1 – Avaliação Quadrienal de 2017 – acessos a rede sem fio da CAPES	41

LISTA DE TABELAS

Tabela 1.1 – Orçamento da CAPES no período de 2016 e 2017 (valores em R\$)	11
Tabela 1.2 – Orçamento da CAPES desmembrado do CsF no período de 2016 e 2017 (valores em R\$)	11
Tabela 2.1 – Avaliação Quadrienal de 2017 - número de programas por nível de formação	13
Tabela 2.2 – Número de programas avaliados entre a Avaliação Trienal de 2013 e a Avaliação Quadrienal de 2017	14
Tabela 2.3 – Avaliação Quadrienal de 2017 - variação de notas e número de programas	14
Tabela 2.4 – Avaliação Quadrienal de 2017 – número de programas avaliados por região	15
Tabela 2.5 – Avaliação Quadrienal de 2017 – número de programas avaliados por Região, segundo as notas	15
Tabela 2.6 – Avaliação Quadrienal de 2017 – percentual de notas por região	15
Tabela 2.7 – Avaliação Quadrienal de 2017 – notas dos programas de pós-graduação, segundo a natureza jurídica das IES avaliadas	16
Tabela 3.1 – Quantidade de bolsas ativas nos programas de bolsas individuais gerenciados pela DRI por destino	19
Tabela 3.2 – Quantidade de bolsas ativas nos programas de bolsas individuais gerenciados pela DRI por destino	20
Tabela 3.3 – Quantidade de bolsas ativas nos programas de parcerias universitárias gerenciados pela DRI por destino	21
Tabela 3.4 – Quantidade de bolsas ativas nos programas de cooperação para o desenvolvimento gerenciados pela DRI por destino	21
Tabela 4.1 – Cotas de bolsas concedidas a Cursos Novos no exercício do 2º/2016 e 2017*	23
Tabela 4.2 – Número de bolsas restituídas pela CAPES no exercício do 2º/2016 e 2017	23
Tabela 4.3 – Cotas de bolsas concedidas à Região Norte	24
Tabela 4.4 – Recursos de custeio concedidos em 2016 e 2017 (valores em R\$)	25

Tabela 4.5 - Recursos de custeio concedidos por meio do aditivo Pró-Manutenção	25
Tabela 4.6 - Distribuição de cotas do PROSUC por nível e modalidade	25
Tabela 4.7 - Editais PAEP em apoio à realização de eventos entre 01/07/2016 a 30/01/2018	27
Tabela 4.8 - Acordos renovados no exercício do 2º/2016 e 2017	28
Tabela 4.9 - Acervo do Portal de Periódicos nos anos de 2016 e 2017	31
Tabela 4.10 - Ranking mundial da produção científica de 2017	33
Tabela 5.1 - Distribuição regional das matrículas em 2016 e 2017	34
Tabela 5.2 - Síntese Parfor em 2016 e 2017	34
Tabela 5.3 - Edital nº 75/2014 - número de matrículas	36
Tabela 5.4 - Orçamento investido em 2016 e 2017 - DED/ CAPES	37
Tabela 5.5 - Dados de matrículas do PROEBs ocorridos em 2016 e 2017	38
Tabela 5.6 - Número de professores titulados pelo PROEB em 2016 e 2017	38

LISTA DE QUADROS

Quadro 4.1 - Fundações Estaduais de Amparo à Pesquisa em acordos de parceria com a CAPES no 2º/2016 e 2017	28
Quadro 5.1 - Vagas deferidas pelo Edital nº 75/2014 - articulação de cursos UAB	35
Quadro 5.2 - Vagas deferidas por Região, Edital nº 75/2014 - articulação de cursos UAB	36

SIGLAS

Gabinete da Presidência

CCS - Coordenação de Comunicação Social

DGES - Diretoria de Gestão

CGGP - Coordenação Geral de Gestão de Pessoas

CGLOG - Coordenação Geral de Recursos Logísticos

CGOF - Coordenação Geral de Execução Financeira, Orçamentária e de Contabilidade

CGD - Coordenação de Gestão de Documentos

DAV - Diretoria de Avaliação

CGAA - Coordenação Geral de Avaliação e Acompanhamento da Pós-Graduação

CGAP - Coordenação Geral de Atividades de Apoio à Pós-Graduação

CGMP - Coordenação Geral de Acompanhamento e Avaliação do Mestrado Profissional

DRI - Diretoria de Relações Internacionais

CAB - Coordenação de Acompanhamento de Bolsistas no Exterior

CCE - Coordenação de Candidaturas a Bolsas e Auxílios no Exterior

CGMR - Coordenação Geral de Acompanhamento e Monitoramento de Resultados

CPAD - Coordenação de Parcerias com Europa Latina e para o Desenvolvimento

CPET - Coordenação de Parcerias Estratégicas no Norte Global e Oceania

DAE - Divisão de Acompanhamento de Egressos

DPB - Diretoria de Programas e Bolsas no País

CAD - Coordenação de Apoio ao Aperfeiçoamento de Docentes

CGPE - Coordenação Geral de Programas Estratégicos

CGPP - Coordenação Geral do Portal de Periódicos

CGSI - Coordenação Geral de Desenvolvimento Setorial e Institucional

CGSR - Coordenação Geral de Acompanhamento de Programas e Supervisão de Resultados

CII - Coordenação de Programas de Indução e Inovação

CPE - Coordenação de Programas Especiais

CPG - Coordenação de Apoio Institucional à Pós-Graduação

DAC - Divisão de Acompanhamento de Auxílios e Convênios

DEA - Divisão de Execução, Acompanhamento e Fiscalização

DSR - Divisão de Supervisão de Resultados

DEB - Diretoria de Formação de Professores da Educação Básica

CAF - Coordenação de Apoio à Formação de Profissionais do Magistério

CAL - Coordenação de Apoio a Programas de Valorização das Licenciaturas

CGDOC - Coordenação Geral de Formação de Docentes da Educação Básica

CGV - Coordenação Geral de Programas de Valorização do Magistério

CINPE - Coordenação de Apoio à Inovação e à Pesquisa em Educação

CVD - Coordenação de Valorização da Formação Docente

DED - Diretoria de Educação à Distância

CAAC - Coordenação de Articulação Acadêmica

CCB - Coordenação de Concessão de Bolsas

CGFO - Coordenação Geral de Supervisão e Fomento

CGPC - Coordenação Geral de Programas e Cursos em Ensino a Distância

COAP - Coordenação de Apoio a Polos

CPCF - Coordenação de Programas, Cursos e Formação em Ensino a Distância

CSF - Coordenação de Supervisão e Fomento

CTED - Coordenação de Tecnologia em Educação a Distância

DTI - Diretoria de Tecnologia da Informação

CGII - Coordenação Geral de Infraestrutura de Informática

CGS - Coordenação Geral de Sistemas

CSAB - Coordenação de Sistemas de Auxílios, Bolsas e Convênios

CSAE - Coordenação de Sistemas de Apoio a Educação

CSAPG - Coordenação de Sistemas da Avaliação da Pós-Graduação

DAR - Divisão de Administração de Redes

DSU - Divisão de Suporte ao Usuário

APRESENTAÇÃO

Os anos de 2016 e 2017 foram marcados pela recomposição orçamentária. A CAPES não mediu esforços para ajustar e manter as atividades e todos os programas da Fundação. Deste modo, nesta minha segunda gestão, toda a atenção necessária foi dispensada à regularização e continuidade dos fomentos destinados para a melhoria da qualidade da pós-graduação em atendendo à consecução das metas do Plano Nacional de Pós-Graduação para o período de 2011 a 2020. Igualmente, não medimos esforços para dar continuidade ao fomento em favor da qualidade na educação básica.

Paralelamente aos ajustes, a CAPES deu seguimento a outros temas de igual importância para a comunidade acadêmico-científica, bem como ao desenvolvimento educacional, científico e tecnológico do Brasil. Foram eles: o estreitamento de laços entre a academia e o setor produtivo; a internacionalização da pós-graduação e o planejamento de políticas de médio e longo prazo. Da mesma forma, a continuidade de políticas direcionadas à correção de assimetrias históricas e regionais, e consequentemente ao desenvolvimento da pós-graduação na região Norte, recebeu especial atenção.

Quanto ao estreitamento de laços entre a academia e o setor privado, trata-se de um desafio atual para o modelo da pós-graduação brasileira: superar a formação de pessoal qualificado para a academia e para a ciência e atentar para os setores da economia brasileira que, igualmente, são destinos dos egressos. A criação dos mestrados profissionais, analisados em separado na Avaliação Quadrienal de 2017, atendeu em parte a essa demanda. Superada esta etapa inicial, o desafio permanece, agora voltado à possibilidade de criação de cursos de doutorado profissionais. Nesse sentido, a CAPES, e todos aqueles que fazem parte do Sistema Nacional de Pós-Graduação (SNPG), têm uma nova missão: refletir sobre modelos de organização, avaliação e fomento para esses doutorados, para além do desafio de garantir a excelência do sistema como um todo.

Sobre a Avaliação Quadrienal de 2017, faço ainda menção especial, por ela ter sido inovadora em avaliar quatro anos dos programas de pós-graduação *stricto sensu* e em usar dados informatizados presentes na Plataforma Sucupira de forma mais dinâmica. Além disso, foi também demandante de mais trabalho e consultores - dadas as dimensões atuais do SNPG. No entanto, ressalto que o nosso modelo avaliativo, além de demonstrar com base em números e indicadores o avanço da pós-graduação, é capaz de apontar necessidades de revisão ou correção para programas, instituições e agências de fomento; como também, necessidades para a própria CAPES, no tocante a uma análise sobre o processo em si da Quadrienal e a observação de ajustes necessários para o futuro.

No campo da originalidade e do incentivo à ciência brasileira, destaco igualmente a criação do Programa Institucional de Internacionalização de Instituições de Ensino Superior e de Institutos de Pesquisa do Brasil (CAPES/PrInt). O lançamento do PrInt representa o apoio do governo brasileiro aos projetos de internacionalização de nossas universidades e centros de pesquisa, ao passo em que estimula o planejamento estratégico sobre as ações institucionais, especialmente aquelas voltadas para a pós-graduação. Considero, ainda, que a iniciativa do PrInt promova uma concomitante reflexão de parceiros apoiadores da pós-graduação - como fóruns - acerca de melhores rumos para o aperfeiçoamento e o desenvolvimento deste nível de ensino no Brasil.

Por fim, aproveito a oportunidade, e envio os meus sinceros agradecimentos a todos que sempre apoiaram e destinaram parte de seu tempo às atividades da CAPES, particularmente nesta minha gestão, sejam docentes, pesquisadores, consultores e gestores. Em especial, agradeço a todos os servidores e colaboradores da CAPES, os quais cotidianamente trabalham e não medem esforços em apoio à educação e ciência brasileiras; e àqueles que participaram da confecção deste Relatório de Atividades, desde o levantamento de dados e informações até a elaboração do produto final.

Abílio Afonso Baeta Neves

INTRODUÇÃO

A Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (CAPES), vinculada ao Ministério da Educação (MEC), atua em todo o território nacional atenta ao desenvolvimento e aprimoramento da pós-graduação stricto sensu, à formação de quadros de excelência, e à formação de professores para a educação básica. As ações da fundação se guiam pela avaliação da pós-graduação, acesso e disseminação da produção científica, investimento de recursos para formação de quadros de alto nível no Brasil e no exterior, fomento da cooperação acadêmico-científica internacional, e promoção da formação de profissionais para a educação básica nos moldes presencial e à distância.

Para assegurar o bom funcionamento, a estrutura organizacional da CAPES é formada por órgãos de assistência direta e imediata ao Presidente, órgãos seccionais, órgãos específicos singulares, órgão executivo e órgãos colegiados. O objetivo deste Relatório de Atividades, no entanto, é apresentar uma avaliação e uma leitura à toda comunidade – incluídos docentes, discentes, pesquisadores e gestores –, das atividades desempenhadas pelos órgãos específicos singulares durante o segundo semestre de 2016 e o ano de 2017, precisamente as diretorias de Gestão, Tecnologia da Informação, Avaliação, Programas e Bolsas no País, Formação de Professores da Educação Básica, Educação à Distância e Relações Internacionais.

O aumento no número de programas no Brasil e no exterior, as novas ações na avaliação da pós-graduação e as iniciativas a favor da qualidade da educação básica, vivenciadas pela CAPES a partir da primeira década dos anos 2000 – somada a consequente expansão orçamentária – demandaram maior empenho de todos, em particular das diretorias. A partir de 2016, dada a restrição orçamentária e os ajustes necessários para a manutenção de programas e de todas as ações pertinentes à CAPES, houve novo e elevado esforço coletivo. Processo que, durante o segundo semestre de 2016 e no ano seguinte, trouxe outros desafios para uma gestão pautada na preservação da transparência e, especialmente, na agilidade, eficiência e flexibilidade – características correntes da instituição.

Deste modo, este Relatório de Atividades apresenta ao público externo, como a CAPES deu continuidade às ações existentes e lidou com certos obstáculos, como a reestruturação de programas e de quantitativo de bolsas, ao mesmo tempo em que manteve seu compromisso em aperfeiçoar processos, desenvolver novas ferramentas e implementar novos instrumentos – de modo a prosseguir com as atividades e programas voltados para a formação de pessoal qualificado, melhoria da qualidade da educação básica, aprimoramento da pós-graduação e apoio à internacionalização da educação, ciência e tecnologia.



Reunião do Conselho Superior da CAPES, conduzida pelo presidente da CAPES, Abílio Baeta Neves.



Reunião do Conselho Nacional das Fundações Estaduais de Amparo à Pesquisa (CONFAP) na CAPES. No centro o presidente da CAPES, Abílio Baeta Neves, à sua direita presidente da CONFAP, Maria Zaira Turchi, à sua direita, diretor da DPB, Geraldo Nunes, à esquerda do prof. Abílio, diretora da DRI Connie McManus, com os representantes estaduais da CONFAP.

1. A GESTÃO DA CAPES

A gestão da CAPES, atividade fundamental para a execução de diversas ações da instituição, está sob a responsabilidade da Diretoria de Gestão (DGES). Dado o cenário de contração orçamentária, distinto dos anos anteriores, a CAPES priorizou a partir do segundo semestre de 2016 e durante 2017, as seguintes ações:

- planejamento, controle e execução das atividades orçamentárias e financeiras de todas as ações e setores da CAPES;
- gestão de recursos humanos;
- gestão de recursos logísticos;
- regularização da execução orçamentária e financeira das folhas de bolsas de estudo;
- adoção de novo modelo de contratação e gestão de contratos relacionados ao Portal de Periódicos.

Nesse cenário, houve empenho máximo da DGES para manter e realizar os ajustes necessários a todas as atividades e serviços financeiros e orçamentários da CAPES. Em 2016, o orçamento autorizado da Fundação foi de R\$ 5.889.577.765,00. No exercício citado, foram executados R\$ 5.899.373.342,26, o que corresponde a R\$ 99,99%".



Da esquerda para direita, coordenadora geral da CGOF, Lucy de Oliveira, diretor da DGES, Anderson Lozi Rocha e os coordenadores gerais: Adriano de Almeida da CGGP e Weder Vieira da CGLOG.

Em 2017, o orçamento autorizado da CAPES foi de R\$ 4.687.821.524,00. Sobre os valores, informamos que foi executado o montante de R\$ 4.682.143.914,72, o que corresponde à 99,88%. A tabela 1.1 mostra com detalhes a dotação orçamentária e a execução nos anos de 2016 e 2017.

Tabela 1.1 - Orçamento da CAPES no período de 2016 e 2017 (valores em R\$)

	2016	2017
LOA + Crédito	5.904.999.740	4.959.308.757
Autorizado	5.899.577.765	4.687.821.524
Execução	5.899.373.342	4.682.143.914
Executado (%)	99,99%	99,99%

Fonte: CAPES.

Cabe salientar que, sobre o orçamento da CAPES de 2016, uma parcela significativa correspondia a recursos destinados ao Programa Ciência sem Fronteiras (CsF)¹ - oferecido pelo Ministério da Educação (MEC) em parceria com o Ministério da Ciência, Tecnologia e Inovação (MCTI). Entretanto, a partir do corte orçamentário federal, e consequentemente do MEC, o primeiro programa a ser atingido no âmbito da CAPES foi o CsF.

Em 2016, houve um corte de verbas para o programa, que foi igualmente suspenso no mesmo ano. Na Tabela 1.2, observa-se que a ação reduziu o destinado ao CsF em 2017, por se referir às bolsas ainda ativas no período.

Tabela 1.2 - Orçamento da CAPES desmembrado do CsF no período de 2016 e 2017 (valores em R\$)

	2016	2017
Autorizado	5.899.577.765,00	4.687.821.524,00
CsF	1.590.627.589,71	293.663.201,13
Autorizado com a supressão do destinado ao CsF	4.308.950.175,29	4.394.158.322,87

Fonte: CAPES.

1.1. Gestão de Recursos Humanos

A gestão de recursos humanos da CAPES, atualmente, abarca uma força de trabalho composta por 372 servidores: 241 Analistas em Ciência e Tecnologia (C&T); 129 Assistentes em C&T e 2 Auxiliares em C&T. Além desses, ainda há o apoio de estagiários e colaboradores.

A partir do segundo semestre de 2016, a CAPES procurou dar continuidade à qualificação de seu quadro interno, de modo a aprimorar processos de trabalho e o ambiente institucional; na sequência, buscou melhorar os índices de satisfação dos serviços prestados à sociedade. No campo da qualificação, a CAPES promoveu capacitações e cursos de curta duração relacionados a temas pertinentes à administração pública.

Na esfera dos processos, aplicativos e sistemas internos foram implantados ou aperfeiçoados para maior eficiência de todos os setores da Fundação, a exemplo do Sistema Eletrônico de Informação - SEI. No tocante ao ambiente interno, foram promovidas campanhas, como a de vacinação e de combate a doenças oculares.

1.2. Gestão de Recursos Logísticos

A gestão de recursos logísticos compreende a manutenção da qualidade dos serviços contratados e dos produtos adquiridos. Esta manutenção apresenta como preocupação constante o aprimoramento da gestão em si por abarcar os mais diversos tipos de contratos e consequentes supervisões.

Cabe salientar o seguimento dos procedimentos dispostos na Instrução Normativa nº 05 de 2017², da Secretaria de Gestão do Ministério do Planejamento, Desenvolvimento e Gestão – especialmente no processo de Contratação e Licitação da CAPES. A Instrução trouxe a uniformização de modelos e peças de atos convocatórios e contratos por meio da utilização obrigatória dos modelos da Advocacia-Geral da União, o que tem resultado em maior celeridade nos procedimentos de confecção e de análise dos documentos.

Em outra ponta em 2016 e 2017, a CAPES também empreendeu esforços voltados à gestão de documentos e à preservação de sua memória. Por meio de processos internos, foram aperfeiçoados tanto o registro sistemático das informações documentais, como o controle de fluxo dos documentos. O conjunto de atividades da DGES para a organização do acervo documental e a sistematização da transferência de documentos dos arquivos setoriais para o Arquivo Central são pontos altos para a preservação da memória da CAPES. Além disso, o zelo pelo acervo – incluído o tratamento técnico dado ao próprio acervo, como higienização, organização, registro e classificação – resulta igualmente na otimização de processos internos, a exemplo de uma busca documental mais eficiente que venha subsidiar tomadas de decisão ou outras ações futuras.



A equipe técnica da Diretoria de Gestão (DGES) com seus coordenadores gerais.

¹ O Programa Ciências sem Fronteira visava promover o intercâmbio e a mobilidade internacional de brasileiros, para que tivessem o conhecimento de outros sistemas de ensino e pudessem contribuir para o crescimento tecnológico e científico do país. Igualmente o CsF buscava atrair pesquisadores estrangeiros para o Brasil, a fim de incentivar o trabalho e a pesquisa em conjunto com parceiros brasileiros. O projeto inicial era a concessão de 101 mil bolsas em um período de quatro anos – por meio da CAPES e do Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico (CNPq).

² Particularmente no que trata da elaboração das peças de Documento de Oficialização da Demanda (DOD), Análise de Riscos (Gerenciamento de Riscos) e do Estudo Técnico Preliminar, e na fase de Planejamento da Contratação de todos os processos iniciados dentro da vigência do referido ato normativo.

2. AVALIAÇÃO DA PÓS-GRADUAÇÃO BRASILEIRA

A atividade de avaliação da pós-graduação *stricto sensu* se consolidou fundamentalmente para a garantia e a manutenção da qualidade desse nível de ensino no Brasil e, igualmente, como instrumento primordial para a indução e a expansão do próprio Sistema Nacional de Pós-Graduação (SNPG). Ao longo das últimas décadas, essa atividade vem sendo aperfeiçoada para orientar o desenvolvimento da própria pós-graduação, e de cada curso em particular, antepondo-lhes assim metas e desafios. O processo de avaliação permite continuados avanços na formação de recursos humanos altamente qualificados, para todos os níveis de ensino, e voltados à ciência, tecnologia e inovação e a todos os setores da economia brasileira.

Até 2013, as avaliações dos programas de pós-graduação *stricto sensu* eram feitas a cada três anos. Todavia, em decorrência do crescimento acelerado do SNPG, a periodicidade foi alterada, de modo inédito, para cada quatro anos. Desse modo, em 2017, ocorreu a Avaliação Quadrienal dos programas de mestrado e doutorado, acadêmico ou profissional, os quais compõem o SNPG.

Os processos realizados para a conclusão da Avaliação Quadrienal de 2017, e seus resultados, são apresentados a seguir. Os dados espelham a atual dimensão do SNPG e as ações da CAPES voltadas para o atendimento das diretrizes e recomendações do Plano Nacional de Pós-Graduação (PNPG 2011-2020).



A diretora da DAV Rita Barradas Barata.



Da esquerda para direita: os coordenadores gerais: Elisa S. Thiago da CGAA, Talita de Oliveira da CGAP e Sérgio Avellar da CGMP

2.1. Avaliação Quadrienal

Na Avaliação Quadrienal foram avaliados 4.175 programas, em funcionamento há pelo menos um ano. Esses programas foram examinados inicialmente em comissões de área compostas por consultores que atuam como docentes e como pesquisadores em cada uma das 49 áreas de avaliação da CAPES.

Em seguida os programas de pós-graduação foram analisados pelo Conselho Técnico-Científico da Educação Superior (CTC-ES) durante as 172ª e 173ª reuniões, realizadas em agosto de 2017. O resultado desta fase foi divulgado em 19 de setembro de 2017, facultado aos programas solicitar reconsideração da nota recebida. Os pedidos foram objeto de nova análise por comissões de área, com renovação de pelo menos 50% dos seus integrantes, e de posterior discussão na 175ª Reunião do

CTC-ES, por quatro dias, em dezembro daquele ano.



Alguns consultores que participaram da Quadriennial 2017.

A Tabela 2.1 traz o nível dos programas, com respectivas quantidades, avaliados na Quadriennial. Observa-se que dos 4.175 programas, 74 apresentam somente curso de doutorado acadêmico, correspondendo a 1,8% do total; cerca de 30% têm mestrado acadêmico enquanto 17% oferecem mestrado profissional. Verifica-se que mais da metade dos programas avaliados são compostos por cursos de mestrado e de doutorado acadêmicos. Essas divisões ocorrem dada a possibilidade de os programas poderem ser constituídos por um curso isolado de doutorado acadêmico, mestrado acadêmico ou mestrado profissional ou pelo conjunto de mestrado e doutorado acadêmicos.

Tabela 2.1 - Avaliação Quadrienal de 2017 - número de programas por nível de formação

Nível do Programa	Total	%
Doutorado	74	1,8%
Mestrado	1270	30,4%
Mestrado Profissional	703	16,8%
Mestrado/Doutorado	2128	51,0%
Total	4175	100 %

Fonte: CAPES.

Outra novidade no processo foi a avaliação dos programas de mestrado acadêmicos acontecer separadamente dos programas profissionais. Isso permitiu a apreciação de cada uma das modalidades de formação por comissões distintas de avaliadores, conforme suas peculiaridades.

A expansão do SNPG entre a Avaliação Trienal de 2013 e a Avaliação Quadrienal de 2017, em decorrência do crescimento do número de programas de pós-graduação em todos os níveis de formação, é verificada na Tabela 2.2. A quantidade de programas de mestrado avaliados cresceu em menor proporção que os demais, mas foi expandida para as diferentes regiões brasileiras. Os programas de doutorado avaliados aumentaram em cerca de 45% enquanto a quantidade de mestrados profissionais foi ampliada na ordem de 77%. Programas com mestrado e doutorado, 28%.

Tabela 2.2 – Número de programas avaliados entre a Avaliação Trienal de 2013 e a Avaliação Quadrienal de 2017

Nível do Programa	Trienal - 2013	Quadrienal - 2017	Crescimento 2013-2017
Doutorado	51	74	45,1%
Mestrado	1.227	1.270	3,5%
Mestrado Profissional	397	703	77,1%
Mestrado/Doutorado	1.662	2.128	28,0%
Total	3.337	4.175	25,1%

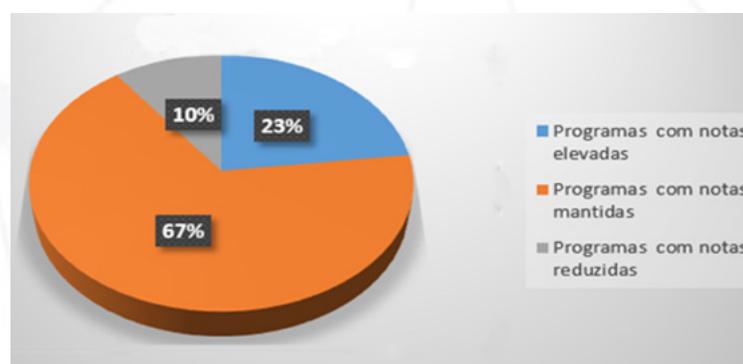
Fonte: CAPES.

Em atendimento ao crescimento de programas no SNPG, e para a realização da Avaliação de 2017, foi mobilizado o quantitativo de 1550 professores e pesquisadores de todas as regiões brasileiras para atuarem como consultores. O processo de análise dos dados presentes na Plataforma Sucupira foi realizado por grupos, com uma média de 260 consultores dedicados a um conjunto de áreas por semana, reunidos na sede da CAPES em Brasília pelo período de seis semanas.



Avaliação de cursos pelo CTC-ES, presidida pela diretora da DAV, Rita Barradas Barata com os coordenadores de áreas.

Gráfico 2.1 – Avaliação Quadrienal de 2017 – programas e variação de notas



Fonte: CAPES

Na ordem do Sistema Nacional de Pós-Graduação, os programas que recebem notas 1 ou 2 são descredenciados, ou seja, o funcionamento é vetado. Os programas com nota 3 são aqueles que atendem às condições mínimas para a manutenção de seu funcionamento. Os programas avaliados pelo bom desempenho recebem nota 4 e os programas considerados muito bons, com nível de excelência nacional, recebem a nota 5. Os programas com padrões internacionais de excelência são os qualificados com notas 6 ou 7, e se destacam por sua liderança, capacidade de formação de mestres e doutores, promoção de ações solidárias para a consolidação de outros programas e participação na produção internacional do conhecimento, somadas às atividades de internacionalização do próprio programa, e de formação do quadro acadêmico-científico. O Gráfico 2.2 mostra as notas obtidas pelos programas avaliados na Quadrienal 2017.

2.2. Resultados da Avaliação Quadrienal

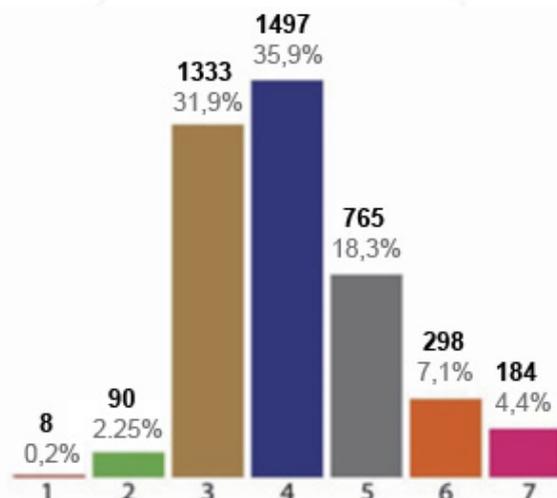
Entre os resultados obtidos na avaliação da Quadrienal, destacam-se a estabilidade do SNPG, sua própria funcionalidade, e a distribuição espacial dos programas de pós-graduação. Na questão da estabilidade e funcionalidade, nota-se que a maioria dos programas avaliados em 2017 mantiveram suas notas. Ademais, cerca de 23% dos programas tiveram as notas elevadas, enquanto menos de 10% dos programas tiveram as notas reduzidas — como demonstram a Tabela 2.3 e o Gráfico 2.1.

Tabela 2.3 – Avaliação Quadrienal de 2017 - variação de notas e número de programas

Variação das notas dos programas (2013-2017)	Quantidade de programas
Elevada	993
Mantida	2.774
Reduzida	408
Total	4.175

Fonte: CAPES

Gráfico 2.2 - Avaliação Quadrienal de 2017 - distribuição das notas dos programas avaliados



Fonte: CAPES

A Tabela 2.4 traz a distribuição espacial dos programas de pós-graduação entre as regiões brasileiras. Os dados da Quadrienal mostram que a Região Norte tem a menor concentração de programas de pós-graduação, correspondendo a 5,4% dos avaliados e a Região Centro-Oeste segue com 8,1% dos programas. As regiões Nordeste e Sul apresentam percentuais próximos, enquanto a Região Sudeste abriga a maior concentração de programas avaliados.

Tabela 2.4 - Avaliação Quadrienal de 2017 - número de programas avaliados por região

Região	Nº de Programas	(%)
Norte	227	5,4%
Nordeste	847	20,3%
Centro-Oeste	340	8,1%
Sudeste	1.872	44,8%
Sul	889	21,3%
Total	4.175	

Fonte: CAPES

A Tabela 2.5 apresenta os números de programas avaliados por região e por notas. A elevada concentração de programas na Região Sudeste é igualmente vista, sobretudo nos programas de excelência. Lá estão 60% dos programas com nota 6 e 75% dos programas avaliados com nota 7. Na sequência está a Região Sul, com 25% dos programas apresentando nota 6 e 17% dos programas com nota 7. Cabe observar que esses dados se devem ao fato de o Sudeste abrigar cursos e programas mais tradicionais, iniciados entre as décadas de 1960 e 1970. Em outra ponta, os números demonstram a existência de espaço para a consolidação de programas e outras iniciativas em benefício da pós-graduação nas demais regiões, especialmente na Região Norte.

Tabela 2.5 - Avaliação Quadrienal de 2017 - número de programas avaliados por região, segundo as notas

Região	Notas							Total
	1	2	3	4	5	6	7	
Norte	3	9	113	77	20	5	0	227
Nordeste	2	22	368	309	109	28	9	847
Centro-Oeste	0	10	127	137	46	14	6	340
Sudeste	3	37	460	656	400	178	138	1872
Sul	0	12	265	318	190	73	31	889
Total	8	90	1333	1497	765	298	184	4175

Fonte: CAPES

No comparativo entre regiões, o Norte apresentou a maior concentração proporcional de programas de pós-graduação com nota 3 e também o maior percentual de notas mantidas. Dos seus 227 programas, metade dos que foram avaliados apresentam a nota 3, 34%, nota 4 e 9% nota 5. Os programas de excelência, com nota 6, são 2% do total da Região, conforme a Tabela 2.6.

Tabela 2.6 - Avaliação Quadrienal de 2017 - percentual de notas por região

Região	Percentual das Notas							Total
	1	2	3	4	5	6	7	
Norte	1,3%	4,0%	49,8%	33,9%	8,8%	2,2%	0,0%	227
Nordeste	0,2%	2,6%	43,4%	36,5%	12,9%	3,3%	1,1%	847
Centro-Oeste	0,0%	2,9%	37,4%	40,3%	13,5%	4,1%	1,8%	340
Sudeste	0,2%	2,0%	24,6%	35,0%	21,4%	9,5%	7,4%	1872
Sul	0,0%	1,3%	29,8%	35,8%	21,4%	8,2%	3,5%	889
Total	0,2%	2,2%	31,9%	35,9%	18,3%	7,1%	4,4%	4175

Fonte: CAPES

No Nordeste, 70% dos programas de pós-graduação mantiveram suas notas. Entre os programas da Região, a maioria apresenta nota 3 e 36,5%, nota 4. Alcançaram nota 5, 12,9%. Os programas de excelência correspondem a 4,4%

dos que estão em funcionamento, em um total de 37.

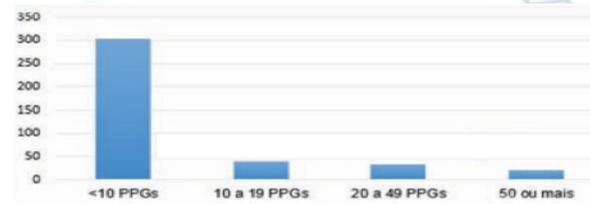
A Região Centro-Oeste apresenta 37% dos programas avaliados com nota 3, e a maior concentração proporcional de programas de pós-graduação com nota 4, equivalente a 40%. Este percentual é o maior de todas as regiões, demonstrando uma melhora dos programas. Os programas avaliados com a nota 5 estão no patamar de 13,5% sobre o total da região, e os de excelência correspondem a quase 6%.

A Região Sudeste apresenta uma boa quantidade de programas que tiveram suas notas elevadas em comparação à média nacional; todavia, de outro lado, apresenta também o maior percentual de programas que tiveram as notas reduzidas. Com a finalização da Quadrienal, os programas de nota 3 alcançam cerca de 25% do total regional, 35% receberam nota 4 e 21%, nota 5. O destaque segue para a maior concentração de programas de excelência em relação às demais regiões. Dos programas avaliados, 316 apresentam as notas 6 ou 7, aproximadamente 17% dos programas de pós-graduação da Região.

No Sul, está a maior proporção de programas de pós-graduação que tiveram suas notas elevadas e a menor proporção de programas com notas reduzidas. Cerca de 30% dos programas foram avaliados com a nota 3 e 36% com a nota 4. Os programas com nota 5 correspondem a 21%, patamar semelhante ao da Região Sudeste. Os programas de excelência representam 12%, colocando o Sul como a segunda região com maior número de programas com notas 6 e 7.

A Avaliação Quadrienal apresenta informações também sobre as 395 instituições de ensino superior (IES) que tiveram seus programas avaliados, permitindo a observação de certos aspectos, a exemplo, a heterogeneidade entre elas, assim como a diferença no número de programas de pós-graduação ofertados. A grande maioria, cerca de 76% das instituições, tem menos de dez programas em funcionamento, enquanto 21 instituições reúnem 50 ou mais programas de pós-graduação, de acordo com o Gráfico 2.3. Entre elas, há somente três universidades que oferecem mais de 100 programas: a Universidade de São Paulo (USP), a Universidade Federal do Rio de Janeiro (UFRJ) e a Universidade Estadual Paulista (Unesp).

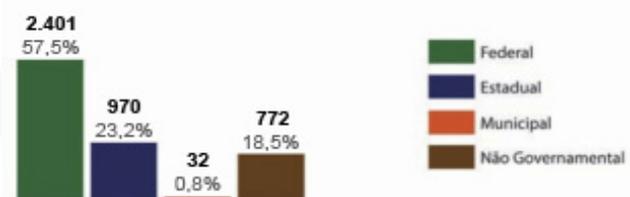
Gráfico 2.3 - Avaliação Quadrienal de 2017 - agrupamento de instituições conforme o número de PPGs ofertados



Fonte: CAPES

Quando observadas as instituições, nota-se igualmente a distribuição dos programas segundo a natureza jurídica das IES sejam elas federais, estaduais, municipais e não governamentais. A maior parte dos programas avaliados estão em instituições federais, incluídas as universidades, institutos federais de educação, ciência e tecnologia e institutos de pesquisa, como apresentado no Gráfico 2.4. Na esfera das IES estaduais, estão 23% dos programas de pós-graduação em funcionamento, tanto em universidades, como em centros de formação tecnológica, institutos de pesquisa, hospitais escolas e secretarias estaduais. Nas IES não governamentais com ou sem fins lucrativos, os dados demonstram que estão abrigados 18,5% dos programas avaliados.

Gráfico 2.4 - Avaliação Quadrienal de 2017 - números e percentuais dos programas dos pós-graduação, segundo natureza jurídica das IES.



Fonte: CAPES

Dada a natureza jurídica das IES avaliadas, extrai-se também que a nota 4 concentra o maior percentual de programas em todas as faixas, quando comparada às demais notas, conforme a Tabela 2.7. Em seguida, estão os programas com nota 3. No patamar das notas 5, 6 e 7, as instituições estaduais superam as outras em termos proporcionais.

Tabela 2.7 - Avaliação Quadrienal de 2017 - notas dos programas de pós-graduação, segundo a natureza jurídica das IES avaliadas

Notas	Natureza Jurídica							
	Federal	%	Estadual	%	Municipal	%	Não governamental	%
1	4	0,2%	1	0,1%	0	0,0%	3	0,4%
2	53	2,2%	13	1,3%	3	9,4%	21	2,7%
3	823	34,3%	249	25,7%	12	37,5%	249	32,3%
4	847	35,3%	320	33,0%	14	43,8%	316	40,9%
5	399	16,6%	220	22,7%	3	9,4%	143	18,5%
6	178	7,4%	94	9,7%	0	0,0%	26	3,4%
7	97	4,0%	73	7,5%	0	0,0%	14	1,8%
Total	2401	100%	970	100%	32	100%	772	100%

Fonte: CAPES

A Avaliação Quadrienal 2017, ao retratar o cenário da pós-graduação brasileira sobre o período analisado, permite da mesma forma a observação do crescimento do número de docentes, discentes e de publicações nos últimos anos, quando comparados aos dados da Trienal de 2013. Entre as duas avaliações, o número de atuações de professores, como docente permanente nos programas de pós-graduação, aumentou de 56.890 para 76.170, correspondendo a um aumento de 34%. O número total de professores colaboradores também cresceu, passou de 13.364 em 2013, para 17.299 em 2017 – um aumento registrado de 29,4%.

Com todo o cenário levantado na Quadrienal de 2017, cabe ressaltar que, entre as expectativas da CAPES, está o uso dos indicadores e parâmetros em favor de novas orientações ou diretrizes que os programas, áreas ou instituições venham a adotar. Bem como, aguarda-se que os resultados subsidiem novas políticas ou programas destinados ao constante aprimoramento do Sistema Nacional de Pós-Graduação, e à redução das desigualdades regionais.

3. A INTERNACIONALIZAÇÃO DA PÓS-GRADUAÇÃO

A partir da concessão de bolsas e auxílios no exterior, a Diretoria de Relações Internacionais (DRI) busca complementar os esforços despendidos pelos programas de pós-graduação no Brasil na formação de pessoal altamente qualificado. Desse modo, a DRI auxilia a formação de recursos humanos de alto nível com a inserção de brasileiros no meio acadêmico, científico, tecnológico e de inovação internacional, bem como a internacionalização das instituições de ensino superior e de pesquisa brasileiras. A Diretoria, além de promover a ida de estudantes, docentes e pesquisadores para o exterior, promove a vinda de professores e pesquisadores estrangeiros em mobilidade no país. Por intermédio de programas e ações de fomento, a CAPES concede auxílios e bolsas para brasileiros no exterior e para estrangeiros no país, bem como apoia projetos conjuntos de pesquisa (PCP), parcerias universitárias (PU) e programas especiais. Alguns destes programas são resultados dos acordos de cooperação com órgãos oficiais de países, ou instituições estrangeiras. Adicionalmente, há editais que especificam áreas do conhecimento ou países de destino, enquanto outros se destinam às chamadas universais ou em fluxo contínuo.



A partir da esquerda, os coordenadores: Patrício Marinho da CPET, Vanessa Vargas da CAB, Idelazil Talhavin da DAE e Márcio Castro da CCE. Em pé: Cyntia Oliveira, assessora da DRI, e Adi Balbinot Jr., coordenador geral da CGMR. Ao centro, Connie McManus, diretora da DRI, à sua esquerda a coordenadora substituta Valéria Carvalho da CAB e a coordenadora Jussara Prado da CPAD.



A equipe técnica da Diretoria de Avaliação (DAV).

3.1 Resultados das Ações

O período de junho de 2016 a dezembro de 2017 foi marcado pela reorientação dos investimentos ocasionada pelo término da concessão de bolsas do Programa Ciência Sem Fronteiras (CsF). Houve uma intensificação dos programas tradicionais de bolsas individuais, além da formatação de um novo programa com vistas à internacionalização das instituições de ensino superior brasileiras, o Programa Capes-Print.

Entre as ações realizadas pela DRI no período, destacam-se o lançamento de editais e a implementação de bolsas no Brasil e no exterior nas modalidades de Doutorado Sanduíche, Doutorado Pleno, Pós-Doutorado e Estágio Sênior. Dentro deste contexto, merece especial atenção a disponibilização, em 2016, de 1 (uma) cota de Doutorado Sanduíche no Exterior para cada programa de pós-graduação com cursos de Doutorado recomendados pela CAPES, e com nota igual ou superior a 4 (quatro) na avaliação quadrienal da CAPES. As referidas cotas fazem parte do Programa de Doutorado Sanduíche no Exterior (PDSE) que, somente no primeiro semestre de 2017, implementou 4.195 bolsas por meio do Edital PDSE nº 19/2016.

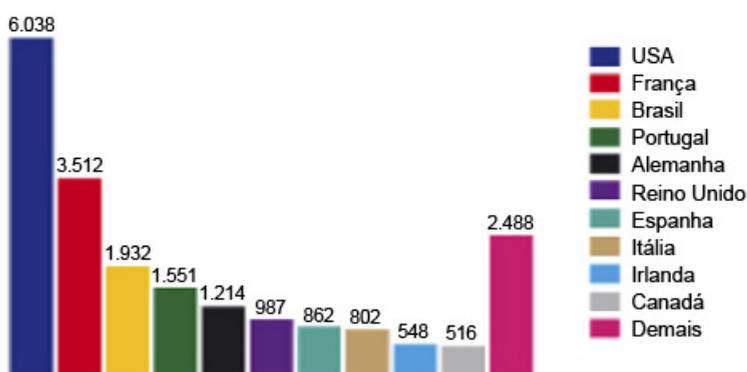
Nas ações de promoção à internacionalização da educação superior, o período foi marcado pela retomada de acordos estratégicos com parceiros tradicionais, a exemplo da parceria com o DAAD-Alemanha (Serviço Alemão de Intercâmbio Acadêmico); e pelo desenvolvimento de atividades com novos parceiros, a

exemplo o International Institute for Applied Systems Analysis (IIASA). Em 2017, foram lançados 30 editais de programas de cooperação internacional com parceiros, tais como as universidades de Harvard, Oxford e Cambridge; e com instituições, como a Fundação Alexander von Humboldt (Alemanha), o Cofecub (França) e a Fundação para a Ciência e Tecnologia (FCT - Portugal).

Outro destaque do período foi o lançamento do primeiro edital do Programa Institucional de Internacionalização (CAPES - PrInt), que tem como objetivos: fomentar a construção, a implementação e a consolidação de planos estratégicos de internacionalização das instituições acadêmicas e de pesquisa brasileiras; estimular a formação de redes de pesquisas internacionais; ampliar as ações de apoio à internacionalização da pós-graduação e promover a mobilidade de docentes e discentes. O programa visa não somente enviar doutorandos, pós-doutorandos e docentes para o exterior, como também atrair, para o Brasil, pesquisadores com formação internacional vinculando os programas de pós-graduação stricto sensu à atividade de cooperação internacional.

Ao todo, foram beneficiados 20.450 estudantes, professores e pesquisadores com bolsas de estudo internacionais. No período do segundo semestre de 2016 e 2017 os principais destinos dos bolsistas foram Estados Unidos (6.038), França (3.512), Portugal (1.551), Alemanha (1.214), Reino Unido (987), Espanha (862), Itália (802) e Irlanda (548), conforme é apresentado na Gráfico 3.1. O Brasil foi o destino de 1.932 bolsistas internacionais, beneficiando pesquisadores visitantes e jovens talentos, por meio do Programa Professor Visitante do Exterior (PVE) e da modalidade Bolsa Jovens Talentos (BJT); e bolsistas de Doutorado Pleno, por meio do Programa de Estudantes-Convênio de Pós-Graduação (PEC-PG). A DRI também financiou 1.523 projetos conjuntos de pesquisa e parcerias universitárias com recursos de custeio e 13 projetos receberam recursos de capital (aquisição de bens e equipamentos).

Gráfico 3.1 - Principais destinos dos beneficiários de programas de mobilidade internacional do 2º/2016 e 2017



Fonte: CAPES

3.2 Ações e Programas de Fomento internacionais

Para melhor entendimento, as ações e programas de fomento internacionais da CAPES entre o segundo semestre de 2016 até dezembro de 2017 serão apresentados neste relatório a partir das seguintes categorias: Bolsas

Individuais, Bolsas Institucionais, Auxílios a Eventos no Exterior, Projetos Conjuntos de Pesquisa, Parcerias Universitárias e Projetos Especiais.

3.2.1 Bolsa Individual

O objetivo do lançamento de editais para candidaturas ad-hoc é a mobilidade acadêmica para a qualificação e formação de recursos humanos no exterior, promovendo igualmente a internacionalização das instituições de ensino e de pesquisa brasileiras e estabelecendo o intercâmbio com professores e pesquisadores estrangeiros.

O principal mecanismo dessa ação é a concessão de bolsas individuais por meio de editais específicos para a formação de pessoal em nível de pós-graduação. Os programas contemplam ainda candidaturas individuais para estágios de curta ou longa duração em instituições de excelência que ofereçam oportunidades para o desenvolvimento de pesquisas de ponta em nível de pós-doutorado - estágio pós-doutoral e estágio sênior. Ressaltamos que, no segundo semestre de 2017, a DRI alterou a nomenclatura da modalidade de bolsa "estágio sênior" para o nome "professor visitante no exterior sênior e júnior", de forma a equipará-la com a linguagem corrente no meio acadêmico internacional com respeito às particularidades da academia brasileira.

A seleção dos bolsistas é baseada nos critérios e calendários estabelecidos nos editais de cada programa. Ela pode ocorrer em fluxo contínuo ou durante períodos específicos do ano, quando são avaliadas as competências técnicas, científicas e acadêmicas dos candidatos, bem como a inserção de cada proposta nas prioridades de formação para o país. O apoio tem vigência pelo período aprovado no cronograma de atividades no exterior, dentro da duração permitida para cada modalidade de bolsa.

Entre junho de 2016 e dezembro de 2017, foram implementadas bolsas nos seguintes programas (por ordem de quantidade de bolsas mantidas no período), conforme a Tabela 3.1.

Tabela 3.1 - Quantidade de bolsas ativas nos programas de bolsas individuais gerenciados pela DRI por destino entre junho de 2016 e dezembro de 2017.

Programa	Exterior	Brasil	Total
Programa Ciência Sem Fronteiras (editais específicos)	6.857	995	7.852
PDSE - Programa de Doutorado Sanduíche no Exterior	4.851	0	4.851
DPE - Programa de Doutorado Pleno no Exterior	2.059	0	2.059
ES - Programa de Estágio Sênior no Exterior	491	0	491
PPDE - Programa de Pós-Doutorado no Exterior	422	0	422
Marca - Mobilidade Discente - Mercosul	183	180	363
Programas Estratégicos	188	0	188
Capacitação para Professores - Setec/ CAPES /Nova	74	0	74
Programa Bolsas para Pesquisa - CAPES /Humboldt	64	0	64
Doutorado Pleno no Exterior CAPES /Laspau	61	0	61
Doutorado CAPES /DAAD/CNPq	51	0	51
Doutorado Pleno em Cambridge - CAPES /COT (Cambridge Overseas Trust)	29	0	29
PVE - Programa Professor Visitante do Exterior	0	28	28
Estágio de Doutorando nas Ciências Humanas, Ciências Sociais, Letras e Artes nos EUA - CAPES /Fulbright	26	0	26
Passagens - CAPES /DAAD/CNPq	23	0	23
CAPES /DGPU (Direção Geral de Política Universitária)	22	0	22
NFIL - Programa Newton Fund Institutional Links - CAPES /Conselho Britânico	16	0	16
PCTI - Programa de Estágio Pós-Doutoral em Parques Científicos e Tecnológicos	12	0	12
Programa de Verão para Jovens Cientistas - CAPES /IIASA	8	0	8
MFA - Mestrado em Produção Cinematográfica nos EUA - CAPES /Fulbright	7	0	7
CAPES /Universidade de Dundee - Doutorado Pleno	7	0	7
CAPES /NSF (National Science Foundation) - Grow	0	5	5
CAPES /Bayer - Programa de Estágio Pós-Doutoral	4	0	4
Prouni Salamanca de Bolsas de Graduação Plena - CAPES /Universidade Salamanca	4	0	4
Programa de Fluxo Contínuo de Demandas Espontâneas ou Induzidas	2	2	4
Intercâmbio Brasil-França na Escola do Louvre - CAPES /Ibram	3	0	3
Cátedra Ruth Cardoso - Universidade de Columbia	3	0	3
CAPES /Icranet (International Center for Relativistic Astrophysics Network)	3	0	3
Cátedra CAPES na Universidade de Bolonha	2	0	2
Cátedra Milton Santos - Centro de Estudos Sociais (CES) da Universidade de Coimbra	2	0	2
Cátedra CAPES na Universidade Sorbonne	2	0	2
PIDRH - Programa Institucional de Desenvolvimento de Recursos Humanos da CAPES	2	0	2
Cátedra CAPES na Universidade de Brown	2	0	2
Cátedra CAPES na Universidade de Harvard	2	0	2
CAPES /ITA (Instituto Tecnológico de Aeronáutica)	2	0	2
Cátedra Anísio Teixeira - Universidade de Londres	1	0	1
Cátedra Celso Furtado em História e Humanidades Brasileiras - Universidade de Cambridge	1	0	1
Programa de Estágio Pós-Doutoral - CAPES /Sanofi	1	0	1
Prêmio CAPES de Teses	1	0	1
Total	15.488	1.210	16.698

Fonte: CAPES

3.2.2 Projetos Conjuntos de Pesquisa

São ações que visam apoiar o intercâmbio internacional de docentes, pesquisadores e discentes vinculados a um grupo de pesquisa brasileiro e outro no exterior, com o objetivo de fomentar a internacionalização da pós-graduação no Brasil. São apoiados mediante acordos de cooperação internacional firmados entre a CAPES e as agências congêneres

no exterior. Os acordos são formulados com a identificação de áreas de interesse comum, tendo como princípios básicos simetrias nos financiamentos e nas mobilidades de pesquisadores, docentes e estudantes de pós-graduação. Essa linha de ação deve contemplar a participação e mobilidade de alunos, requisito mínimo para aprovação do projeto submetido. O apoio a essa modalidade visa promover o desenvolvimento científico e a formação de recursos humanos altamente qualificados.

A Tabela 3.2 detalha os programas relacionados aos Projetos Conjuntos de Pesquisa (PCP), por ordem de quantidade de bolsas mantidas no período de junho de 2016 a dezembro de 2017.

Tabela 3.2 - Quantidade de bolsas ativas nos programas de projeto conjunto de pesquisa gerenciados pela DRI por destino

Programa	Exterior	Brasil	Total
Brafitec - Brasil França Engenharia Tecnologia	1.717	110	1.827
CAPES /Cofecub (Comitê Francês de Avaliação da Cooperação Universitária com o Brasil)	199	0	199
PGCI - Programa Geral de Cooperação Internacional	72	0	72
Programa de Desenvolvimento Acadêmico Abdias Nascimento	65	0	65
Probral - Projetos de Cooperação em Pesquisa Entre o Brasil e a Alemanha - CAPES /DAAD	62	0	62
CAPES /FCT (Fundação para a Ciência e a Tecnologia)	59	0	59
Mes Cuba Projetos - CAPES /Mes Cuba	13	28	41
CAPES /Nuffic	36	0	36
Projetos Conjuntos de Pesquisa em Drug Discovery - CAPES/Universidade de Nottingham	31	0	31
Programa CAPES /Universidades de Nottingham e Birmingham	30	0	30
Bragecrim - Iniciativa Brasil-Alemanha para Pesquisa Colaborativa em Tecnologia de Manufatura - CAPES /CNPq/Finep/DFG	28	0	28
CAPES /Stint (Swedish Foundation for International Cooperation in Research and Higher Education)	18	0	18
Branetec - Brasil Holanda Tecnologia	17	0	17
CAPG-BA - Centros Associados da Pós-Graduação Brasil -Argentina	16	0	16
CAPES /DFATD (Department of Foreign Affairs, Trade and Development)	15	0	15
CAPES /Mincyt (Ministério de Ciência, Tecnologia e Inovação Produtiva da Argentina)	14	0	14
Programa CAPES /Embrapa/Fundação Agrópolis	13	0	13
CAPES /Udelar - Projetos	8	5	13
CAFP-BA - Centros Associados para o Fortalecimento da Pós-Graduação Brasil - Argentina	12	0	12
CAPES /INL (Laboratório Ibérico Internacional de Nanotecnologia)	9	0	9
Nopa - Novas Parcerias - CAPES /DAAD/GIZ	9	0	9
STIC Amsud - Cooperação em Ciência e Tecnologia da Informação e da Comunicação França - América do Sul - CAPES /CDEFI	8	0	8
CAPES /NSF (National Science Foundation) - Biodiversidade	7	0	7
CAPES /SIU (Centro Norueguês para Cooperação Internacional em Educação)	6	0	6
Math Amsud - Cooperação em Pesquisa-Desenvolvimento em Matemática França - América do Sul - CAPES/CDEFI	5	0	5
PPCP - Programa de Projetos Conjuntos de Pesquisa No Mercosul	3	2	5
CAPES /WBI (Wallonie Bruxelles International)	5	0	5
CAPES /Tamu (Texas A&M University)	4	0	4
CAPES /Fundação Agrópolis	4	0	4
CAPES /JSPS (Japan Society for the Promotion of Science)	2	0	2
Total	2.487	145	2.632

Fonte: CAPES

3.2.3 Parcerias Universitárias

As Parcerias Universitárias (PU) seguem os princípios básicos dos projetos conjuntos de pesquisa, tanto no que diz

respeito ao financiamento recíproco e às simetrias nas mobilidades, como na definição dos temas de interesse comum entre os parceiros. Entretanto, diferencia-se por seu caráter acadêmico, voltado para a mobilidade de estudantes, e para a modernização e adaptação recíproca de grades curriculares.

No período de junho de 2016 a dezembro de 2017, foram mantidas as seguintes bolsas, apresentadas na Tabela 3.3.

Tabela 3.3 - Quantidade de bolsas ativas nos programas de parcerias universitárias gerenciados pela DRI por destino

Programa	Exterior	Brasil	Total
Brafagri - Brasil França Agricultura	264	46	310
PLI - Programa de Licenciaturas Internacionais - Portugal	96	0	96
Unibral - Parcerias Universitárias entre Brasil e Alemanha - CAPES /DAAD	26	0	26
PLI - Programa de Licenciaturas Internacionais - França	9	0	9
PGPE - Programa de Parcerias Universitárias de Graduação em Língua Espanhola e Portuguesa no Mercosul	2	0	2
PFPG - Programa de Associação para Fortalecimento da Pós-Graduação (Mercosul)	1	0	1
Total	398	46	444

Fonte: CAPES

3.2.4. Projetos Especiais

Os Projetos Especiais agrupam os programas criados com objetivos singulares, como por exemplo, a promoção de disciplinas de curta duração em cursos de pós-graduação; além de eventualmente surgirem em virtude de demandas ainda não contempladas nas categorias de fomento mencionadas anteriormente. Entre os Projetos Especiais, enquadram-se a Cooperação para o Desenvolvimento e as Ações para a Educação Básica, detalhados a seguir. Eles possuem o caráter indutivo relacionado aos aspectos da cooperação proposta. Para esta categoria, foram mantidos 31 projetos no âmbito do Programa Escola de Altos Estudos (EAE) no período de junho de 2016 a dezembro de 2017.

3.2.4.1 Cooperação para o Desenvolvimento

Em consonância com a política externa brasileira, a CAPES disponibiliza recursos para atividades, projetos e programas de assistência técnica-educacional para a formação de recursos humanos bem como à estruturação de IES estrangeiras.

A cooperação ocorre em parceria com organizações internacionais, ampliando a chamada Cooperação Brasileira para o Desenvolvimento Internacional (Cobradi), e se concretiza a partir de projetos conjuntos de pesquisa, parcerias universitárias, projetos especiais e bolsas individuais, apoiando programas bilaterais ou iniciativas de blocos de países.

Entre junho de 2016 e dezembro de 2017, conforme Tabela 3.4, foram mantidas as seguintes bolsas neste agrupamento.

Tabela 3.4 - Quantidade de bolsas ativas nos programas de cooperação para o desenvolvimento gerenciados pela DRI por destino

Programa	Exterior	Brasil	Total
PEC-PG - Programa Estudantes-Convênio de Pós-Graduação - CAPES / MRE/CNPq	0	414	414
Pró-Mobilidade Internacional - CAPES /AULP ³	64	22	86
UAB-Moçambique - Programa de Apoio à Expansão da Educação Superior a Distância na República de Moçambique	80	0	80
Pró-Haiti - Programa Emergencial em Educação Superior Pró-Haiti Graduação - CAPES /SESU/MRE ⁴	0	52	52
PGCD - Programa de Pós-Graduação Ciência para o Desenvolvimento	0	8	8
CAPES /Udelar - Docentes	0	5	5
Total	144	501	645

Fonte: CAPES

³ Associação de Universidades de Língua Portuguesa (AULP).

⁴ Secretaria de Educação Superior do Ministério da Educação (SESU) / Ministério das Relações Exteriores (MRE).

3.3 Ações, Programa CAPES-PrInt e a nova agenda

Os programas de mobilidade acadêmica internacional, o incentivo a projetos conjuntos de pesquisa e parcerias universitárias, bem como o estímulo à internacionalização das instituições de ensino superior brasileiras são parte dos esforços da CAPES para que os profissionais formados no Brasil possam responder aos desafios e demandas de uma sociedade cada vez mais complexa e globalizada.

A experiência do Ciência sem Fronteiras foi um marco ao priorizar áreas importantes para incentivar a inovação e promover o desenvolvimento do Brasil. Não obstante, com essa experiência, identificou-se a necessidade de se criar instrumentos de fomento para fortalecer a internacionalização dentro das instituições de ensino e pesquisa brasileiras de modo a torná-las protagonistas neste processo.

No período de junho de 2016 a dezembro de 2017, foram reforçados editais que proporcionavam experiências acadêmicas e de pesquisa a discentes matriculados em instituições brasileiras, pesquisadores experientes, e docentes de instituições nacionais.

O relatório “A Internacionalização na Universidade Brasileira: Resultados do Questionário Aplicado pela CAPES” aponta uma tendência nacional à internacionalização passiva, voltada à mobilidade de docentes e discentes para o exterior, mas com baixas taxas de atração de profissionais internacionais. Ao mesmo tempo, o relatório evidencia a heterogeneidade quanto aos níveis de internacionalização de cada instituição, o que fez a CAPES adotar o modelo free painting para o Programa CAPES-PrInt. Serão disponibilizados R\$ 300 milhões anuais por meio desse Programa, para financiamento de até 40 projetos institucionais de internacionalização com duração de 4 anos, de modo que cada instituição estruture e apresente seu próprio plano. Neste sentido, precisam ser consideradas as vocações institucionais, as demandas específicas, e explicitadas as prioridades e mecanismos para ampliar o desempenho da pesquisa e da pós-graduação.

O Programa CAPES-PrInt é um passo em direção a um projeto mais amplo que prevê a criação de uma estratégia com três iniciativas:

- construção de estratégias institucionais de internacionalização, complementar ao programa;
- criação de hotspots (pontos de excelência) vinculados a demandas do setor produtivo visando a excelência na produção de conhecimento e de tecnologias voltadas à solução de problemas. Seu foco é estreitar a relação entre universidades, indústrias e empresas, e aumentar o impacto social da pesquisa;
- fomento à criação de clusters de excelência em pesquisa básica e aplicada. Os clusters (aglomerados com características em comum) poderão ser formados por pesquisadores de uma mesma instituição ou por um grupo de cientistas de instituições geograficamente próximas para desenvolver projetos de pesquisa em domínios de competitividade internacional.

Considerando as iniciativas mencionadas e os focos de atuação da CAPES na área internacional, em 2018 espera-se um aumento no(a):

- quantitativo e qualitativo da produção científica e tecnológica brasileira em áreas estratégicas para o país;
- visibilidade e reconhecimento internacional de grupos de pesquisa e universidades brasileiros;

- cooperação entre instituições de pesquisa brasileiras com instituições de excelência mundial;
- capacidade de inovação e do entrosamento entre a pesquisa universitária e para contribuir com soluções para os desafios postos pelas necessidades do setor produtivo e da sociedade.



Equipe técnica da Diretoria de Relações Internacionais (DRI) com a diretora e seus coordenadores (agachados).

4. PROGRAMAS E BOLSAS NO PAÍS

A CAPES, com o objetivo de apoiar a formação de pessoal altamente qualificado na educação superior, utiliza diversos instrumentos que, também, contribuem para o fortalecimento e o crescimento da ciência, da tecnologia e da inovação no Brasil, entre os quais se destacam:

- concessão de bolsas de estudo e de apoio à pesquisa no país;
- concessão de recursos financeiros destinados à melhoria da infraestrutura de ensino e de pesquisa, aquisição de equipamentos e insumos para laboratórios, melhoria das condições de funcionamento de cursos, realização de eventos científicos e tecnológicos no país, edição de obras científicas e educacionais, e execução de projetos de cooperação entre grupos de pesquisa vinculados a diferentes instituições de ensino superior e de pesquisa;
- manutenção do Portal de Periódicos da CAPES, uma biblioteca virtual responsável por reunir e disponibilizar para as instituições de ensino e pesquisa no Brasil o melhor da produção científica internacional.

No exercício 2º/2016 e 2017, foram investidos R\$ 4,4 bilhões para o pagamento de bolsas de estudo no país, recursos de custeio e capital para apoio à pesquisa e manutenção do Portal de Periódicos. Este investimento só foi possível graças ao empenho da atual gestão em garantir a recomposição orçamentária das ações da Diretoria de Programas e Bolsas no País (DPB), as quais vinham sofrendo sucessivas reduções em função de transferências feitas ao Programa Ciência sem Fronteiras, com impacto direto nas bolsas e no fomento no país.



A partir da esquerda, os coordenadores gerais Alexandre Marafon da CGSR, Tarcísio Teixeira da CGPE e Adalberto Grassi da CGSI, Geraldo Nunes Sobrinho, diretor da DPB, e a coordenadora da CII, Priscila Lelis.

No período, a atual gestão ampliou a concessão de bolsas de 96.670 ao final do 1º semestre de 2016 para 101.373 ao final de 2017 (47.545 de mestrado, 44.316 de doutorado, 7.169 de pós-doutorado, 161 de Professor Visitante Sênior, 11 de Supervisão, 1.748 de iniciação científica e 423 de formação em idiomas) - ampliando assim o apoio à formação de pessoal qualificado em nível superior para fortalecer o Sistema Nacional de Pós-graduação (SNPG) e estimular o avanço da ciência, da tecnologia e da inovação, conforme preconizado no Programa Temático 2080 do PPA 2016-2019.

A política de concessão de bolsas da CAPES demonstra os esforços desta fundação em contribuir para o atingimento da Meta O4L3 do referido PPA, a qual prevê um aumento de 95 mil para 110 mil no número de bolsas de pós-graduação até 2019. Além disto, por meio da concessão de bolsas de mestrado e doutorado no país, a CAPES almeja contribuir para o alcance da Meta 14 do Plano Nacional de Educação (PNE) 2014-2024, ou seja, "Elevar gradualmente o número de matrículas na pós-graduação stricto sensu, de modo a atingir a titulação anual de 60.000 mestres e 25.000 doutores".

Seguem as principais ações realizadas pela atual gestão da CAPES no exercício 2º/2016 e 2017 que

A política de concessão de bolsas da CAPES demonstra os esforços desta fundação em contribuir para o atingimento da Meta O4L3 do referido PPA, a qual prevê um aumento de 95 mil para 110 mil no número de bolsas de pós-graduação até 2019. Além disto, por meio da concessão de bolsas de mestrado e doutorado no país, a CAPES almeja contribuir para o alcance da Meta 14 do Plano Nacional de Educação (PNE) 2014-2024, ou seja, "Elevar gradualmente o número de matrículas na pós-graduação stricto sensu, de modo a atingir a titulação anual de 60.000 mestres e 25.000 doutores".

Seguem as principais ações realizadas pela atual gestão da CAPES no exercício 2º/2016 e 2017 que resultaram no aumento do número de bolsas no país e na recomposição de recursos de custeio dos programas de pós-graduação.



Área de trabalho dos técnicos da DPB.

4.1 Ampliação do número de bolsas e dos recursos de custeio dos Programas Institucionais

No contexto de redução de recursos, a CAPES, em um ano e meio, promoveu um crescimento do sistema de bolsas de 4,8%. A ampliação do número de bolsas concedidas anualmente é necessária para acompanhar a expansão do SNPG e para atender as metas estabelecidas no Plano Plurianual (PPA), Plano Nacional de Educação (PNE) e Plano Nacional de Pós-graduação (PNPG). Ademais no exercício 2016 (2º semestre) e no ano de 2017, a CAPES recompôs cerca de 80% os recursos de

custeio destinados aos PPGs, passando dos R\$ 85,4 milhões concedidos no início de 2016 para R\$ 154,1 milhões no final de 2017. Dessa forma, os esforços da fundação se concentraram no período, principalmente, em cinco importantes iniciativas realizadas no âmbito da DPB:

- manutenção da política de concessão de cotas a Cursos Novos;
- restituição de cotas retiradas do sistema pela gestão anterior;
- concessão adicional de bolsas à Região Norte;
- recomposição da disponibilização de recursos de custeio dos PPGs;
- concessão de recursos de custeio para manutenção de equipamentos (Pró-Manutenção).

A seguir estão detalhadas as principais iniciativas de concessão de bolsas no país e recursos de custeio realizadas no exercício 2016, segundo semestre, e 2017:

4.1.1 Manutenção da política de concessão de cotas a Cursos Novos

No período foi mantida a política de concessão de cotas a Cursos Novos, tendo sido garantidas as bolsas de mestrado e doutorado a todos os cursos que entraram em funcionamento, quando foram concedidas 968 novas cotas de bolsa, conforme distribuição demonstrada, por nível de bolsa, na Tabela 4.1.

Tabela 4.1 – Cotas de bolsas concedidas a Cursos Novos no exercício do 2º/2016 e 2017*

Nível	Nº de cotas
Mestrado	438
Doutorado	530
Total	968

Fonte: CAPES

*Nota: Cotas de bolsas concedidas no âmbito do Programa Demanda Social (DS) e do Programa de Suporte à Pós-Graduação de Instituições de Ensino Particulares (PROSUP)⁵.

4.1.2 Restituição de cotas de bolsas retiradas do sistema

No primeiro semestre de 2016, após a realização de um estudo sobre a utilização das bolsas de mestrado, doutorado e pós-doutorado, foram retiradas do sistema 3.479 cotas dos PPGs que não alcançaram taxa de utilização igual ou superior a 96,5%. A retirada destas cotas gerou várias reclamações por parte dos coordenadores de PPGs e Pró-Reitores de pós-graduação. Ao assumir, a atual gestão reavaliou as solicitações da comunidade acadêmica e reinseriu no sistema 1.220 bolsas de mestrado, doutorado e pós-doutorado, retomando parte das concessões suspensas no primeiro semestre de 2016, Tabela 4.2.

Tabela 4.2 – Número de bolsas restituídas pela CAPES no exercício do 2º/2016 e 2017

Nível	Nº de cotas
Mestrado	459
Doutorado	721
Pós-doutorado	40
Total	1.220

Fonte: CAPES

Por meio da iniciativa, foi recuperada a concessão de bolsas dos programas DS, PROSUP, Programa de Excelência Acadêmica (PROEX) e Programa Nacional de Pós-Doutorado (PNPD/ CAPES).

4.1.3 Concessão adicional de bolsas às Instituições de Ensino Superior e Pesquisa da Região Norte

Ao analisar a situação da Região Norte, como resposta às demandas feitas pelo Fórum de Reitores da Região Norte em reunião realizada em agosto de 2016 em Rio Branco-AC, formalizada na Carta de Rio Branco, na qual foi abordada a consolidação dos PPGs da Região Norte como fator de desenvolvimento da região Amazônica, e, também, a solicitação desses reitores para priorizarem as ações voltadas à pós-graduação, a CAPES realizou um estudo da taxa de cobertura de bolsa nos PPGs no país. Esta taxa se define pelo percentual do corpo discente nos PPGs que possuem bolsa da CAPES. A conclusão do trabalho foi que os PPGs do Norte possuíam a menor taxa de cobertura nacional, se comparada à taxa de cobertura das demais regiões.

Como consequência, no final de 2016, a CAPES realizou uma concessão adicional de 554 bolsas às instituições de ensino superior e às pesquisas da Região Norte, conforme a Tabela 4.3 por meio de cotas de bolsas na modalidade Pró-Reitoria dos programas DS e PROSUP para instituições desta região, bem como bolsas aos PPGs apoiados por meio do PROEX, elevando a proporção de bolsas em relação àquele alunado para o patamar nacional. Este mecanismo permitiu que as pró-reitorias e as IES pudessem alocá-las em qualquer PPG apoiado pela CAPES. Também foi permitido às IES a possibilidade de converter as cotas de mestrado e doutorado em cotas de pós-doutorado do PNPD/ CAPES, desde que seguida a correspondência financeira.

Tabela 4.3 - Cotas de bolsas concedidas à Região Norte

Programa	Mestrado	Doutorado
DS	282	237
PROEX	6	10
PROSUP*	14	5
Total	302	252

Fonte: CAPES

***Nota:** Taxas escolares

Esta concessão se coaduna com a política de redução das assimetrias regionais, correspondendo à transferência de cerca de R\$ 13 milhões de reais em bolsas para a Região Norte no período 2º semestre de 2016 e 2017 (as bolsas foram disponibilizadas a partir de dezembro de 2016). A CAPES, em articulação com o Fórum de Reitores da Região Norte, criou um grupo de trabalho permanente para discutir as questões relacionadas com as assimetrias daquela região.

4.1.4 Recomposição de recursos de custeio

Outra iniciativa importante, realizada no período, foi a recomposição da concessão de recursos de custeio dos programas de fomento da CAPES como: Programa de Apoio à Pós-graduação (PROAP), Programa de Excelência Acadêmica (PROEX) e Programa Nacional de Pós-doutorado (PNPD/ CAPES). É importante ressaltar que o custeio destes programas havia sido afetado pelos cortes orçamentários ocorridos no ano de 2015. Era preciso, portanto, recuperar o investimento nos programas para

garantir as atividades de pesquisa e formação no âmbito da pós-graduação brasileira.



O XXXII Enprop realizado em Manaus em 2016 com o tema “A Pesquisa e a Pós-Graduação no Cenário Nacional, Internacional e da Educação Básica”.

Para tanto, por meio da publicação da Portaria nº 95, de 30 de junho de 2016, foi instituído Grupo de Trabalho envolvendo a comunidade acadêmica, representada pelo Fórum de Pró-Reitores (FOPROP), para avaliar os critérios de distribuição de bolsas e recursos aos programas institucionais de fomento à pós-graduação no país no ano de 2016. Em 2017, membros do FOPROP participaram novamente da análise dos critérios da concessão dos recursos de custeio da CAPES, integrando o Grupo de Trabalho (GT) instituído por meio da Portaria nº 22, de 30/01/2017. Como resultado desses GTs, foi possível reformular a política de distribuição dos recursos de custeio, baseada na revisão do algoritmo que calcula os valores a serem concedidos a partir do tamanho do corpo discente de cada PPG.

Utilizando este novo instrumento, em decorrência dos esforços de recomposição orçamentária por parte da CAPES, em 2016 foi possível disponibilizar a concessão aditiva de recursos de custeio aos PPGs apoiados pelo PROAP no valor de R\$38.082.285,92 e pelo PROEX no valor de R\$23.781.457,17. Estes, somados às concessões iniciais de 2016, totalizaram R\$83.045.327,22 e R\$ 56.417.007,17, respectivamente. Em 2016, foram investidos R\$ 7.792.750,00 em recursos de custeio do Programa PNPD/ CAPES.



O XXXIII Enprop realizado em João Pessoa em 2017, com o tema “Impacto da Pesquisa e Pós-Graduação na Sociedade”.

A política de auxílio foi mantida em 2017, produzindo a concessão de R\$87.259.061,07 aos PPGs apoiados pelo PROAP e R\$57.627.570,15 aos PPGs apoiados pelo PROEX, além de R\$9.231.450,00 do PNPD/ CAPES. A Tabela 4.4 apresenta a recomposição dos valores de custeio em cada um dos programas de fomento.

Tabela 4.4 – Recursos de custeio concedidos em 2016 e 2017 (valores em R\$)

Programa de Fomento	2016		2017
	Antes da recomposição	Após a recomposição	
PROAP	44.963.041,30	83.045.327,22	87.259.061,07
PROEX	32.635.550,00	56.417.007,17	57.627.570,15
PNPD	7.792.750,00	7.792.750,00	9.231.450,00
Total	85.391.341,30	147.255.084,39	154.118.081,22

Fonte: CAPES

4.1.5 Concessão adicional de recursos de custeio destinados a manutenção de equipamentos (Pró-Manutenção)

Com o objetivo de suprir carências, relativas à infraestrutura das pesquisas da pós-graduação, a CAPES atendeu as demandas emergenciais para manutenção de equipamentos das universidades públicas brasileiras.

A iniciativa foi implementada como ação excepcional de investimento, ficando sob responsabilidade das pró-reitorias identificar as necessidades mais prementes dos PPGs. A ação foi nomeada como Pró-Manutenção, em que foram concedidos recursos a 151 instituições e 14 PPGs em Rede, apoiados por meio dos programas PROAP e PROEX. Os recursos investidos totalizaram um aporte adicional de R\$35.143.440,82 em 2017, conforme a Tabela 4.5.

Tabela 4.5 – Recursos de custeio concedidos por meio do aditivo Pró-Manutenção

Instituição	Valor (R\$)
PPGs de IES Federais	23.273.696,08
PPGs de IES Estaduais	11.390.286,25
PPG em Rede	479.458,49
Total	35.143.440,82

Fonte: CAPES

4.2 Criação e implementação do PROSUC

Por meio da publicação da Portaria nº 188, de 31 de outubro de 2016, foi instituído um Grupo de Trabalho com o objetivo de analisar e preparar uma nova metodologia de fomento aos programas de pós-graduação das Instituições Comunitárias de Ensino Superior (ICES) do Brasil. Entre as atribuições do GT, destaca-se a elaboração de uma proposta de regulamento que defina as regras para a concessão de bolsa destinadas às ICES pela CAPES, bem como os requisitos exigidos das instituições e beneficiários para o enquadramento na concessão.

O resultado do GT apontou para a necessidade de mudanças no fomento às ICES com a finalidade de atender às especificidades destas instituições, conforme Lei nº 12.881, de 12 de novembro de 2013. Assim, em 1º de agosto de 2017, por meio da Portaria nº 149, foi criado o Programa de Suporte à Pós-Graduação de Instituições Comunitárias de Ensino Particulares (PROSUC), reestruturando o modelo de concessão de benefícios às ICES. Com esta publicação, 28% das instituições e cerca de 2/3 dos discentes beneficiários do PROSUC migraram para esse novo programa da CAPES.

Manteve-se o atendimento a instituições particulares e PPGs avaliados com as notas entre 3 e 5, mas direcionado às ICES. O novo programa estabeleceu diversas mudanças, entre elas a concessão de auxílio para custeio de taxas escolares a todos os discentes beneficiários, inclusive

aos bolsistas. Os recursos recebidos pelos beneficiários das taxas foram repassados às ICES. Em contrapartida, as instituições não cobraram dos beneficiários quaisquer taxas que excederam os valores concedidos pela CAPES.

Os benefícios foram concedidos em duas modalidades:

Modalidade I:

- mensalidade de bolsa de pós-graduação;
- mensalidade de auxílio para custeio de taxas escolares.

Modalidade II:

- mensalidade de auxílio para custeio de taxas escolares.

Outramudança significativa trata do incremento e da diferenciação de valores das taxas escolares entre os níveis de mestrado e doutorado, que passaram a ser de R\$1.100,00 e R\$1.400,00, respectivamente. Ademais, destaca-se que, com a finalidade de executar o gerenciamento e o acompanhamento dos beneficiários do PROSUC pelas pró-reitorias de pós-graduação das ICES, a disponibilização das cotas foi efetuada no Sistema de Controle de Bolsas e Auxílios (SCBA) em 1º de setembro de 2017. Com relação à distribuição de cotas do PROSUC, a Tabela 4.6 demonstra a concessão referente ao mês de dezembro de 2017.

Tabela 4.6 – Distribuição de cotas do PROSUC por nível e modalidade

Nível	Modalidade	Nº de bolsas
Mestrado	I	1.052
	II	2.417
Doutorado	I	1.320
	II	2.061
Total		6.850

Fonte: CAPES

A iniciativa exigiu um aporte adicional de R\$25,2 milhões, em 2017, às ICES. Para 2018, estão previstos R\$151 milhões para a execução do programa.

4.3 Concessão de recursos de capital para os PPGs apoiados pelo Programa de Excelência Acadêmica (PROEX)

Em 2016, foi possível saldar uma dívida de capital do PROEX relativa a 19 PPGs de 2014, no total de R\$800.921,56.

Ainda em 2016, foi possível empenhar recursos de capital a todos os 413 PPGs do PROEX, totalizando R\$23.394.627,79, os quais foram pagos em 2017. Situação semelhante não acontecia desde o segundo semestre de 2014, em função de restrições orçamentárias. O valor de capital foi calculado como 5% da soma do recurso de custeio com o valor financeiro anual equivalente às bolsas de cada PPG, estabelecendo um valor mínimo de capital

de R\$42.000,00.

4.4 Atualizações normativas

A dinâmica do fomento aliada às questões legais e institucionais demandam um contínuo aperfeiçoamento dos instrumentos normativos, inclusive para atender demandas dos órgãos de controle.

4.4.1 Portaria CAPES nº 132/2016

Cria o auxílio financeiro diário para discentes, docentes, pesquisadores, técnicos e convidados (brasileiros ou estrangeiros) custearem as despesas relacionadas com viagens no país ou no exterior, para participação em atividades acadêmicas ou científicas vinculadas aos programas da CAPES. A iniciativa facilita a execução das atividades acadêmicas e científicas pelos beneficiários de auxílios, promove a participação de discentes em congressos, eventos acadêmicos e pesquisa de campo relevantes para sua formação, mantém paridade com o valor praticado pelo Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico (CNPq) e simplifica os procedimentos para prestação de contas e sua análise.

4.4.2 Portaria CAPES nº 227/2017

Em 30/11/2017, foi publicada a Portaria CAPES nº 227/2017, que produziu reformulação em diversos temas do regulamento do PROEX, entre os quais destacam-se:

- A criação de um elo do PROEX com o recém-criado PROSUC possibilitou que os PPGs de IES comunitárias recebam o auxílio para pagamento de taxas escolares no mesmo formato do PROSUC;
- A adequação do rol de itens financiáveis do PROEX à semelhança daquele contido no PROAP;
- A inclusão da obrigação de assinatura do Termo de Compromisso pelos bolsistas. Eles devem devolver os valores de bolsa recebidos, caso não concluíam o curso de pós-graduação.

4.5 Mobilidade acadêmica

Este importante instrumento de cooperação em nível nacional teve um projeto piloto, em atendimento à demanda organizada pelos PPGs da área de Química - para os quais foi realizada uma concessão aditiva a PPGs do PROEX - possibilitando a alunos provenientes de programas avaliados com nota 3, um curto período (até 3 meses) de estágio em programas de excelência, avaliados com notas 6 e 7. A concessão viabilizou o intercâmbio de 20 alunos em sete PPGs do PROEX, custando à CAPES R\$102.117,00. Esta experiência poderá ser estendida no futuro, caso se comprove eficiente e eficaz na melhoria da formação dos estudantes.

4.6 Programa de Doutorado Interinstitucional (Dinter)

O Programa de Doutorado Interinstitucional (Dinter) viabiliza a formação, em nível de doutorado, de docentes de instituições de ensino superior federais ou estaduais, por meio da concessão de bolsas de doutorado e recursos de custeio. Este programa utiliza a competência de PPGs com nota maior ou igual a 5 na avaliação da CAPES para, com base em parceria interinstitucional, viabilizar a formação de turmas de professores doutorandos, desenvolvendo as atividades do projeto em suas IES de origem.

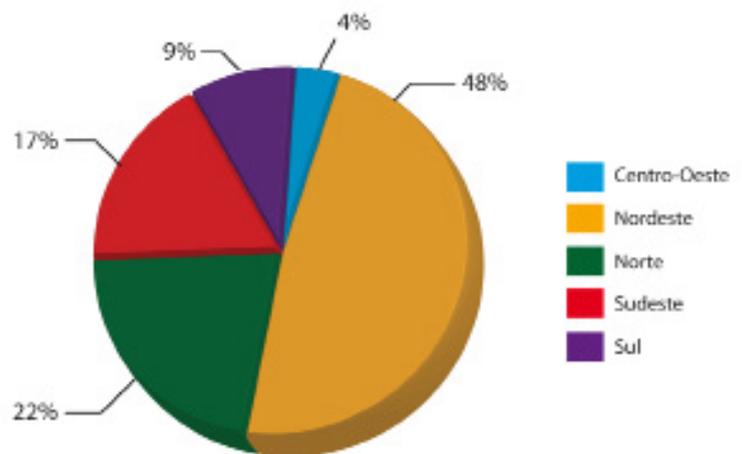
Entre os objetivos do Dinter, está também a redução das assimetrias regionais existentes na pós-graduação brasileira. Assim, prioriza-se neste programa a formação

de docentes das instituições localizadas nas regiões Norte, Nordeste e Centro-Oeste.

No período da atual gestão, foi aprovado o fomento a 46 novos projetos Dinter. Estes submetidos por meio dos editais nº 11/2015 e nº 02/2016, os quais são detalhados a seguir:

Edital Dinter nº 11/2015: no segundo semestre de 2016, a CAPES deu início ao apoio a 23 projetos Dinter aprovados quanto ao mérito pela Diretoria de Avaliação (DAV) no âmbito deste edital. O Gráfico 4.1 apresenta a distribuição dos projetos apoiados, por região geográfica das 17 IES receptoras.

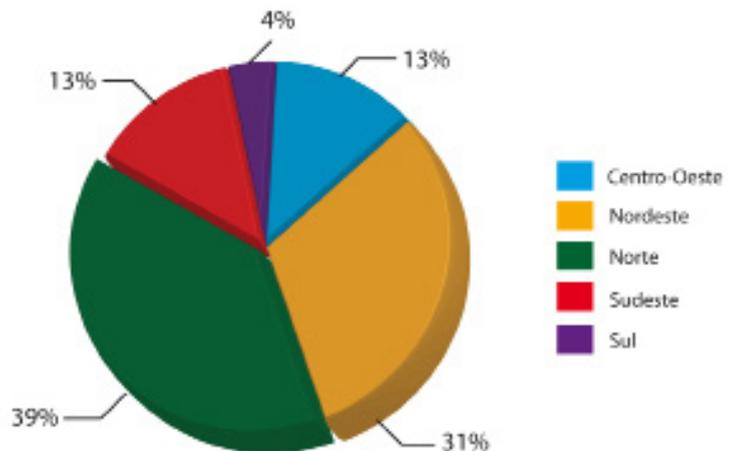
Gráfico 4.1 - Distribuição dos projetos nas IES receptoras, baseada no Edital Dinter nº 11/2015



Fonte: CAPES

• Edital Dinter nº 02/2016: em 2017, a CAPES deu início ao apoio a 23 projetos Dinter aprovados quanto ao mérito no âmbito deste edital. O Gráfico 4.2 apresenta a distribuição dos projetos apoiados, por região geográfica das 17 IES receptoras.

Gráfico 4.2 - Distribuição dos projetos nas IES receptoras, baseada no Edital Dinter nº 02/2016



Fonte: CAPES

4.7 Programa de Apoio a Eventos no País (PAEP)

O PAEP tem por objetivo selecionar propostas para apoio financeiro à realização de eventos científicos e tecnológicos no país, com envolvimento de pesquisadores, docentes e discentes dos programas de pós-graduação.

Desde a criação do programa, o PAEP funcionava em formato de fluxo contínuo para submissão de propostas. Em 2016, com o intuito de implementar um

gerenciamento mais adequado dos eventos apoiados, o programa passou a funcionar por meio de chamadas públicas periódicas (duas por ano), possibilitando a readequação do investimento a partir da priorização das propostas apresentadas. A mudança permitiu uma melhor análise do conjunto dos projetos e uma visão global sobre a importância de cada um, dado que foram estabelecidos critérios e parâmetros os quais viabilizaram a comparabilidade entre as proposições.

Outra mudança do programa foi a alteração do processo de análise das propostas com a inclusão de novas etapas de análise dos projetos, num total de três etapas (documental, mérito e ranqueamento) e também a inserção dos coordenadores dos PPGs, responsáveis pela etapa de análise de mérito dos projetos recebidos. Igualmente eventos submetidos por sociedades científicas ou associações de pós-graduação, com reconhecida importância para o SNPG, poderão ser aprovados e apoiados pela Diretoria Executiva da CAPES.

Além das alterações supracitadas, cabe ressaltar que desde julho de 2016 todo o processo de tramitação do PAEP (submissão de propostas, análises, homologação) passou a ser realizado em formato eletrônico, utilizando o Sistema Integrado CAPES (SiCAPES) e Sistema de Avaliação de Propostas (SAP). Já o repasse financeiro substituiu a abertura de conta pesquisador pelo cartão pesquisador, sendo realizado pelo sistema SCBA.

Tabela 4.7 - Editais PAEP em apoio à realização de eventos entre 01/07/2016 a 30/01/2018

Nº Edital	Período dos Eventos	Propostas Recebidas	Propostas Aprovadas	Valor do apoio (R\$)
03/2016	01/07/2016 a 31/01/2017	1.492	992	24.591.302,00
21/2016	01/02/2017 a 31/07/2017	713	441	14.568.142,00
03/2017	01/08/2017 a 31/01/2018	1420	952	29.020.241,00
Total	Total	3.625	2.385	68.179.685,00

Fonte: CAPES

Somado aos dados da Tabela 4.7, convém ressaltar que no início de 2018 foi divulgado o resultado do Edital PAEP nº 35/2017, por meio do qual foram contemplados 397 eventos com datas de início previstas entre 1º de fevereiro e 31 de julho de 2018, considerado um aporte de R\$15.450.914,00.

4.8 Programa de Apoio e Parceria da CAPES com as Fundações Estaduais de Amparo à Pesquisa (Programa CAPES /FAP)

A CAPES mantém o programa de parcerias com os governos estaduais por meio de acordos de cooperação firmados com as Fundações Estaduais de Amparo à Pesquisa (Programa CAPES /FAP), regulamentado pela Portaria nº 106/2014.

No exercício 2º/2016 e 2017, a CAPES firmou novo acordo e renovou outros com algumas FAPs com o objetivo de ampliar e consolidar o sistema de pós-graduação stricto sensu, promover o desenvolvimento das instituições de pesquisa e de ensino superior nos estados brasileiros, além de estimular a formação e fixação de recursos humanos de alto nível em áreas estratégicas por meio de concessão de bolsas de estudo.

No período, a CAPES manteve acordos de parceria com as FAPs, apresentadas no Quadro 4.1, totalizando R\$1,65 bilhão de reais em investimento. Este recurso foi distribuído da seguinte forma: 59% pela CAPES e 41% pelas FAPs.



A partir da esquerda, os coordenadores: Júlio Cesar Piffero da CPE, Mircea Mollerli da DSR, Poliana Oliveira da CPE, Jorge Luís Pereira da DAC, Marta Elias Ribeiro, assessora da DPB; coordenadores Patrícia Reis da CPG, Rogério Magalhães da CAD e Priscila Lelis da CII.

Quadro 4.1 – Fundações Estaduais de Amparo à Pesquisa em acordos de parceria com a CAPES no 2º/2016 e 2017

Região	FAP
Norte	Fundação Amazônia de Amparo a Estudos e Pesquisas (FAPESPA)
	Fundação de Amparo à Pesquisa do Amapá (FAPEAP)
	Fundação de Amparo à Pesquisa do Estado do Acre (FAPAC)
	Fundação de Amparo à Pesquisa do Estado do Amazonas (FAPEAM)
	Fundação de Amparo à Pesquisa do Tocantins (FAPT)
	Fundação de Amparo ao Desenvolvimento das Ações Científicas e Tecnológicas e à Pesquisa do Estado de Rondônia (FAPERRO)
Nordeste	Fundação Cearense de Apoio ao Desenvolvimento Científico e Tecnológico (FUNCAP)
	Fundação de Amparo à Ciência e Tecnologia do Estado de Pernambuco (FACEPE)
	Fundação de Amparo à Pesquisa do Estado da Bahia (FAPESB)
	Fundação de Amparo à Pesquisa do Estado de Alagoas (FAPEAL)
	Fundação de Amparo à Pesquisa do Estado do Piauí (FAPEPI)
	Fundação de Amparo à Pesquisa e à Inovação Tecnológica do Estado de Sergipe (FAPITEC)
	Fundação de Amparo à Pesquisa e ao Desenvolvimento Científico e Tecnológico do Maranhão (FAPEMA)
	Fundação de Apoio à Pesquisa do Estado da Paraíba (FAPESQ)
	Fundação de Apoio à Pesquisa do Estado do Rio Grande do Norte (FAPERN)
Centro-Oeste	Fundação de Amparo à Pesquisa do Estado de Goiás (FAPEG)
	Fundação de Amparo à Pesquisa do Estado de Mato Grosso (FAPEMAT)
	Fundação de Apoio ao Desenvolvimento do Ensino, Ciência e Tecnologia do Estado de Mato Grosso do Sul (FUNDECT)
Sudeste	Fundação Carlos Chagas Filho de Amparo à Pesquisa do Estado do Rio de Janeiro (FAPERJ)
	Fundação de Amparo à Pesquisa do Estado de Minas Gerais (FAPEMIG)
	Fundação de Amparo à Pesquisa do Estado de São Paulo (FAPESP)
Sul	Fundação de Amparo à Pesquisa e Inovação do Espírito Santo (FAPES)
	Fundação Araucária de Apoio ao Desenvolvimento Científico e Tecnológico do Paraná (ARAUCÁRIA)
	Fundação de Amparo à Pesquisa do Estado do Rio Grande do Sul (FAPERGS)
	Fundação de Amparo à Pesquisa e Inovação do Estado de Santa Catarina (FAPESC)

Fonte: CAPES

Seguem as principais iniciativas no âmbito dos acordos com as FAPs, realizadas pela atual gestão:

4.8.1 Estabelecimento de Novo Acordo

Em 2017, a CAPES firmou, pela primeira vez, acordo com a FAPT, o qual prevê um investimento de R\$15 milhões no sistema de pós-graduação de Tocantins até 2022.

4.8.2 Renovação de Acordos

Além disso, no período, foram renovados acordos firmados com FAPs em anos anteriores, conforme demonstrado na Tabela 4.8

Tabela 4.8 – Acordos renovados no exercício do 2º/2016 e 2017

FAP	UF	Vigência do Acordo	Valor CAPES (R\$)	Valor FAP (R\$)	Valor Total (R\$)
FACEPE	PE	01/2017 a 12/2022	28.644.000,00	16.508.000,00	45.152.000,00
FAPESC	SC	09/2017 a 08/2022	34.526.900,00	17.577.500,00	52.104.400,00
FAPEAL	AL	01/2017 a 12/2022	23.184.000,00	15.000.000,00	38.184.000,00
FAPES	ES	04/2017 a 03/2022	39.357.300,00	20.066.350,00	59.423.650,00
FAPERGS	RS	07/2017 a 05/2022	70.293.600,00	35.429.600,00	105.723.200,00

Fonte: CAPES

4.8.3 Prorrogação do Convênio com a Fundação de Amparo à Pesquisa do Estado de São Paulo (FAPESP)

No segundo semestre de 2016, foram repassados R\$40.000.000,00 e em 2017, foram R\$15.000.000,00, logo totalizando um repasse de R\$55.000.000,00 à FAPESP no exercício 2º/2016 e 2017. Em 2017, o convênio entre a CAPES e a FAPESP foi prorrogado até 2021.

4.9 Implementação da 2ª Edição do Programa Institutos Nacionais de Ciência e Tecnologia (INCT)

No âmbito da parceria da CAPES com o CNPq, em 2017, foi iniciado o financiamento de bolsas de estudo no Programa INCT (Chamada INCT Nº 16/2014). Este é um programa estratégico, classificado como prioritário pela Casa Civil. O objetivo do Programa INCT é constituir redes de pesquisa nacionais com cooperação internacional, que desempenhem atividades de pesquisa de alto impacto científico e de formação de recursos humanos na fronteira do conhecimento, nos temas priorizados pela Estratégia Nacional de Ciência, Tecnologia e Inovação (ENCTI), de modo a contribuir para a solução de grandes problemas nacionais. No âmbito deste edital, a CAPES financia bolsa de estudos em cinco modalidades no país para 93 INCTs.

4.10 Programa de Apoio ao Ensino e à Pesquisa Científica e Tecnológica em Regulação e Gestão de Recursos Hídricos (Pró-Recursos Hídricos)

Dentro do Acordo firmado com a Agência Nacional de Águas (ANA), em 2017, foi lançado o Pró-Recursos Hídricos. O objetivo do programa é desenvolver pesquisas científicas e formar recursos humanos pós-graduados nas áreas de Regulação e Gestão de Recursos Hídricos, contribuindo, assim, para o desenvolvimento e a consolidação do conhecimento brasileiro contemporâneo na área. Por meio do programa, serão apoiados, com recursos da ANA, 12 projetos de pesquisa, incluídos bolsas de estudo, recursos de custeio e capital.

4.11 Programas emergenciais

Os programas emergenciais, executados na esfera dos programas estratégicos, são ações priorizadas pelo Governo Federal para atender desastres naturais e surtos epidêmicos, que ameaçam a população brasileira. Neste sentido, a CAPES, junto com parceiros, atua financiando programas para a formação de recursos humanos e para o desenvolvimento de pesquisa na busca de soluções efetivas para os desafios causados pelas situações de risco e de vulnerabilidade. Deste modo, no exercício 2º/2016 e 2017, foram implementados os projetos aprovados no edital de Prevenção e Combate ao vírus Zika e no edital Apoio a Redes de Pesquisa para Recuperação da Bacia do Rio Doce, descritos a seguir.

4.11.1 Prevenção e Combate ao vírus Zika

No âmbito da parceria (MCTIC/FNDCT - CNPq / MEC- CAPES / MS-Decit nº 14/2016 - Prevenção e Combate ao vírus Zika), a CAPES financia recursos de custeio e bolsas de estudo para 68 projetos os quais visam o desenvolvimento científico, tecnológico e de inovação do país, com foco especial na prevenção, diagnóstico e tratamento da infecção pelo vírus Zika e doenças correlacionadas, além do combate ao mosquito *Aedes aegypti*. Dessa forma, a Fundação contribui de modo efetivo para o avanço do conhecimento, formação de recursos humanos, geração de produtos e para a formulação, implementação e avaliação de ações

públicas voltadas para a melhoria das condições de saúde da população brasileira.

4.11.2 Apoio a Redes de Pesquisa para Recuperação da Bacia do Rio Doce

A Chamada Nº 06/2016 trata da parceria entre CAPES, Fapemig, Fapes, ANA e CNPq para o financiamento de projetos de pesquisa e para a formação de recursos humanos em nível de pós-graduação, os quais buscam soluções efetivas para os problemas gerados pelo desastre de Mariana, como a recuperação da Bacia Hidrográfica do Rio Doce e ecossistemas associados. No âmbito do Edital nº 06/2016, dos 16 projetos aprovados, a CAPES financia oito com recursos de custeio, capital e bolsas de estudo.

4.12 Programa de Educação em Direitos Humanos e Diversidades

Com o propósito de acolher iniciativas voltadas à promoção da Educação em Direitos Humanos na Educação Superior, a CAPES e a Secretaria de Educação Continuada, Alfabetização, Diversidade e Inclusão (SECADI), do Ministério da Educação (MEC), constituíram uma parceria para apoiar a formação de recursos humanos de alto nível e contribuir na criação e no fortalecimento de PPGs stricto sensu dedicados à temática de Educação em Direitos Humanos e Diversidades.

O objetivo central do Programa é fomentar a formação de cidadãos para a vida e para a convivência em sociedade, com respeito ao outro, reconhecendo as diferenças, respeitando a diversidade, enfrentando o preconceito e a discriminação. Estas ações se alinham com o Pacto Universitário pela Promoção do Respeito à Diversidade e da Cultura de Paz e Direitos Humanos.

Por meio do Edital nº 038/2017, foram apoiados cinco projetos de pesquisa por meio da concessão de bolsas de Iniciação Científica (Mestrado e Pós-doutorado), de recursos de custeio e capital. Estes totalizando um investimento de R\$986.209,00.

4.13 Pagamento dos recursos de capital do Edital Pró-Equipamentos/2014 (Estaduais e Comunitárias)

O Programa tem como fundamento a promoção da melhoria da infraestrutura de pesquisa das instituições públicas ou comunitárias de ensino superior e dos institutos de pesquisa, com o intuito de apoiar o crescimento e a expansão da ciência brasileira.

O Edital, Pró-Equipamentos nº 11/2014 da CAPES, estava sobrestado por falta de recursos financeiros para o pagamento dos projetos aprovados. Em dezembro de 2016, foi retomado o pagamento dos projetos, sendo repassados recursos de capital a 35 instituições, sendo 11 estaduais, com um investimento da ordem de R\$2.683.028,78, duas municipais, com R\$272.865,00 e 22 comunitárias com o aporte de R\$4.012.997,20, totalizando R\$6.968.890,98.

Em 2017, os 32 projetos, que não haviam participado do primeiro pagamento, tiveram Convênio e Termo de Colaboração assinados. Destes, 21 são de instituições estaduais, com R\$19.300.946,17, duas municipais, com R\$792.000,00 e nove comunitárias, com R\$6.063.466,40 - perfazendo um aporte de R\$26.156.412,57. Logo, nos dois últimos anos, foram investidos R\$33.125.303,55 para a aquisição de máquinas e equipamentos para a infraestrutura das IES.

4.14 Apoio a Programas de Pós-Graduação da Área de Enfermagem – Modalidade Mestrado Profissional – CAPES /COFEN

O Acordo firmado entre a CAPES e o Conselho Federal de Enfermagem (COFEN), com o intuito de conceder recursos de custeio aos mestrados profissionais da Área de Enfermagem, com nota igual ou superior a 3, vinculados a IES públicas ou privadas, apoia a formação de recursos humanos de enfermagem e desenvolve pesquisas científicas e tecnológicas com foco na Sistematização da Assistência de Enfermagem. Foram aprovadas 16 propostas, com o total de recursos no valor de R\$3.500.000,00, provenientes do COFEN.

4.15 Chamada CNPq/ CAPES Nº 26/2017 - Programa Editorial

A CAPES apoia a divulgação da produção científica e tecnológica dos projetos de pesquisa desenvolvidos no Brasil, por meio de chamadas conjuntas com o CNPq. Desde 2007 até sua última edição ocorrida em 2014, foram lançadas chamadas públicas anuais, as quais apoiaram em torno de 1.500 propostas de periódicos nas diversas áreas do conhecimento.

Em 2015, esta parceria foi interrompida. A CAPES, como forma de atingir uma maior disposição dos recursos destinados à divulgação da produção científica e tecnológica, publicou em 2016, o Edital nº 13/2016 para apoio à editoração e publicação de periódicos brasileiros, em complementação à chamada do CNPq.

Em 2017, a CAPES e o CNPq decidiram restabelecer a parceria para a Chamada de Editoração 2017. Esta decisão foi baseada na escassez de recursos, que exige esforços coordenados das duas agências no sentido de fortalecer a política de fomento aos periódicos nacionais. O Edital CNPq/ CAPES nº 026/2017 foi lançado para apoiar propostas que incentivem a editoração e publicação de periódicos científicos brasileiros de alta especialização em todas as áreas de conhecimento, contribuindo significativamente para o desenvolvimento científico, tecnológico e inovador do país. Estavam previstos R\$4.500.000,00 para esta Chamada. Deste montante, R\$2.500.000,00 são oriundos do CNPq e R\$2.000.000,00 da CAPES. Foram submetidas 216 propostas e aprovadas 186, totalizando R\$4.378.334,00 em recursos financeiros.

4.16 Acordo CAPES /SciELO ou Parceria CAPES / FAPUNIFESP – Programa SciELO

O acordo firmado entre a CAPES e a Fundação de Apoio à Universidade Federal de São Paulo (FapUnifesp) para apoio ao Programa SciELO (Scientific Electronic Library Online) pretende contribuir para o aperfeiçoamento e fortalecimento da comunicação dos resultados da pesquisa brasileira, incentivando a divulgação em periódicos de qualidade crescente editados no Brasil e integrados no fluxo internacional de informação científica, viabilizando o acesso aberto à comunidade científica. Foram investidos R\$2.000.000,00, divididos em duas parcelas anuais de R\$1.000.000,00, repassadas em 2017 e em 2018.

4.17 Portal de Periódicos

O Portal de Periódicos da CAPES é uma biblioteca virtual que reúne e disponibiliza às instituições de ensino e de pesquisa no Brasil, o melhor da produção científica internacional. Ele atende às demandas dos setores

acadêmico, produtivo e governamental, propicia o aumento da produção científica nacional e estimula o crescimento da inserção científica brasileira no exterior. É, portanto, uma ferramenta fundamental às atribuições da CAPES de fomento e de avaliação dos cursos de pós-graduação, assim como ao desenvolvimento da pesquisa científica no Brasil.



Patrícia de Almeida Silva, coordenadora da CGPP e Armando Peixoto, chefe da DEA.

4.17.1 Investimento do Portal de Periódicos

No ano de 2016, o valor total investido para assinatura do direito de acesso às publicações científicas foi de US\$90.176.476,76.

Analisando os recursos dispendidos, verifica-se que o investimento para a manutenção do Portal de Periódicos em 2016 diminuiu em torno de 12,53% em relação ao ano de 2015. A redução do investimento se deve aos ajustes econômicos e fiscais enfrentados pelo país no ano de 2016, os quais impuseram a adoção de medidas de revisão dos valores dos contratos junto aos editores. Estas colaboraram para a redução do custo de seis contratos, para a manutenção do valor praticado em 2015 referente a 23 contratos, e para a descontinuidade da contratação de duas bases de dados.

No que diz respeito ao ano de 2017, o valor investido foi de US\$105.477.817,91, correspondendo a um acréscimo aproximado de 17% em relação a 2016. Este aumento se justificou pela negociação feita com os editores para recuperação dos descontos concedidos em 2016, bem como para a assinatura de cinco novos conteúdos internacionais e um nacional que foram demandados pela comunidade acadêmica em anos anteriores. Apesar do crescimento demonstrado, a CAPES renegociou o valor de 16 contratos, obtendo uma redução de 3% a 50% sobre custos inicialmente propostos pelos editores, ou seja, uma economia de US\$1,11 milhão (aproximadamente R\$ 3,45 milhões).

Além do recurso em dólar mencionado para 2017, houve o investimento de R\$4.980.000,00 para a aquisição dos periódicos científicos nacionais: Ciência Hoje e Ciência Hoje para as Crianças, referentes aos anos de 2006 a 2016 e liberados para acesso em todo Brasil.

No Gráfico 4.3, pode-se observar a evolução do investimento do Portal de Periódicos da CAPES entre 2001 e 2017.

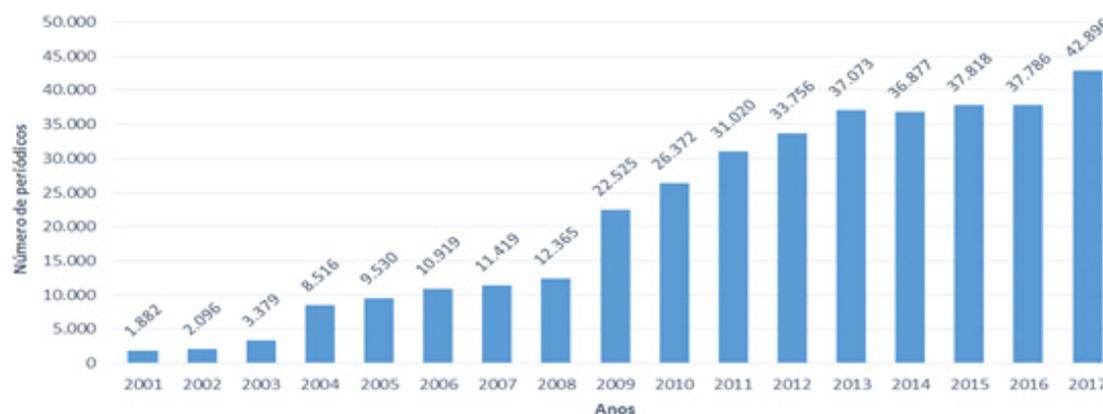
Gráfico 4.3 - Evolução do investimento feito pelo Portal de Periódicos da CAPES em milhões de dólares (US\$) de 2011 a 2017



Fonte: CAPES

O acompanhamento do investimento destinado ao Portal pode ser acompanhado pelo aumento do número de periódicos encontrados nesta biblioteca entre 2001 e 2017, conforme o Gráfico 4.4 apresenta.

Gráfico 4.4 - Evolução do número de periódicos disponíveis no Portal de Periódicos da CAPES de 2001 a 2017



Fonte: CAPES

No tocante ao período específico de 2016 e 2017, o volume do acervo disponibilizado no Portal está representado na Tabela 4.9. Este volume permite observar a dimensão alcançada por esta biblioteca virtual.

Tabela 4.9 - Acervo do Portal de Periódicos nos anos de 2016 e 2017

Acervo	2016	2017
Bases em Texto Completo	127	131
Bases de dados referenciais com resumos	128	134
Obras de referências (dicionários, enciclopédias, compêndios, etc.)	43	51
Bases de Patentes	11	11
Bases de dados com livros	31	29
Bases de estatísticas	66	67
Bases de Normas Técnicas	02	02
Títulos de periódicos	37.786	42.896
Títulos de livros, relatórios, anais, manuais, guias, etc.	274.466	280.670

Fonte: CAPES

4.17.2 Desenvolvimento de Coleções

Em 2017, a CAPES, por meio do Portal de Periódicos, assinou os conteúdos novos descritos em seguida:

- **Biochemical Society:** periódicos de publicação de pesquisas científicas de excelência em todos os campos da bioquímica e biologia celular e molecular. São eles: Biochemical Journal, Biochemical Society Transactions, Clinical Science e Essays in Biochemistry;

- **Sciberbrain:** base de dados interativa. Possui dados, jogos e ferramentas de apoio ao ensino em Ciências. Contém cerca de 65 apresentações animadas em português sobre os fundamentos da bioquímica e ciências - voltadas à educação básica fundamental;

- **Food Science and Technology Abstracts - FSTA (EBSCO):** é uma base de dados de referências e resumos que cobre a literatura científica e tecnológica relacionada à área de ciência e tecnologia de alimentos, zootecnia e nutrição;

- **Wiley Subscription Services (Cochrane Society):** a contratação deste conteúdo incluiu as bases Cochrane Clinical Answers (CCA) de medicina em evidência; Cochrane Central Register of Controlled Trial (CENTRAL), que reúne relatórios de estudos e outras fontes sobre registros e testes de controle; e a Cochrane Database of Systematic Reviews (CDSR) de revisões sistemáticas da área de saúde;

- **Taylor & Francis:** 1.495 periódicos em texto completo com período de acesso variando desde 1984 até o presente. Estes periódicos fazem parte das coleções Social Science & Humanities Library e a Science & Technology Library;

- **Ciência Hoje e Ciência Hoje das Crianças:** revista de divulgação científica que publica resultados de

pesquisas realizadas no Brasil e no exterior em todas as áreas do conhecimento científico. Os leitores são, em geral, estudantes e professores do ensino médio, universitários e leigos que se interessam por Ciência, mas não dominam necessariamente conceitos básicos de todas as áreas.



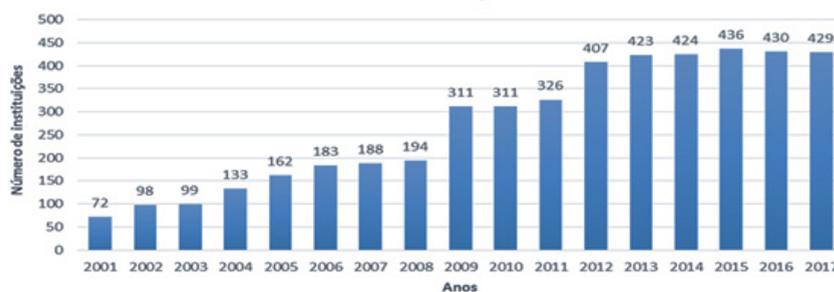
A equipe técnica do Portal de Periódicos.

4.17.3 Instituições Participantes

No que diz respeito às instituições que acessam o Portal de Periódicos, o número de beneficiárias foi elevado significativamente ao longo do período, conforme demonstrado no Gráfico 4.5. Em 2016 e 2017, a biblioteca

registrou 430 e 429 instituições ativas no sistema de gerenciamento de usuários, respectivamente. A variação do número de instituições participantes deve-se à observação dos critérios de acesso previstos em portaria e na própria legislação brasileira.

Gráfico 4.5 - Evolução do número de instituições atendidas pelo Portal de Periódicos da CAPES - 2001 a 2017



Fonte: CAPES

4.17.4 Estatísticas de uso do Portal de Periódicos e cálculo do Custo de Acesso

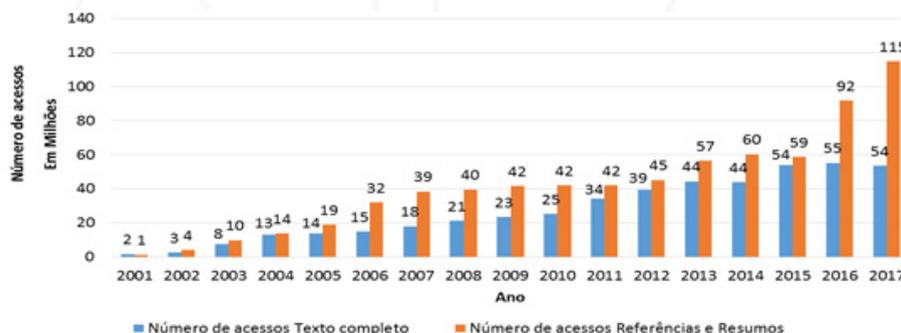
Os dados de acesso ao conteúdo do Portal de Periódicos são coletados e compilados pelos próprios provedores, em acordo com as diretrizes estabelecidas pelo Código de Práticas COUNTER. Ressalta-se que as estatísticas de uso consideram o acesso a todo o conteúdo do Portal Periódicos, contratado desde que passível de contabilização pela CAPES.

Em 2016, foram efetuados 55.164.549 acessos a textos completos (TC) e 91.742.470 a referências e resumos (TR), assim totalizando 146.907.019 acessos ao conteúdo

assinado pelo Portal de Periódicos. Este quantitativo representa um acréscimo de 29,88% em relação a 2015, ou seja, cerca de 401,38 mil acessos diários.

No ano seguinte, foram efetuados 53.633.969 acessos a textos completos e 114.920.307 a textos referenciais e resumos, alcançando o total de 168.554.276 acessos ao conteúdo assinado pelo Portal de Periódicos. Estes números representam um acréscimo de 15,05% no número total de acessos ao conteúdo do Portal, quando comparados a 2016. Em termos diários, em 2017 houve aproximadamente, 461.793 acessos. Os números estão no Gráfico 4.6, o qual apresenta dados desde 2001.

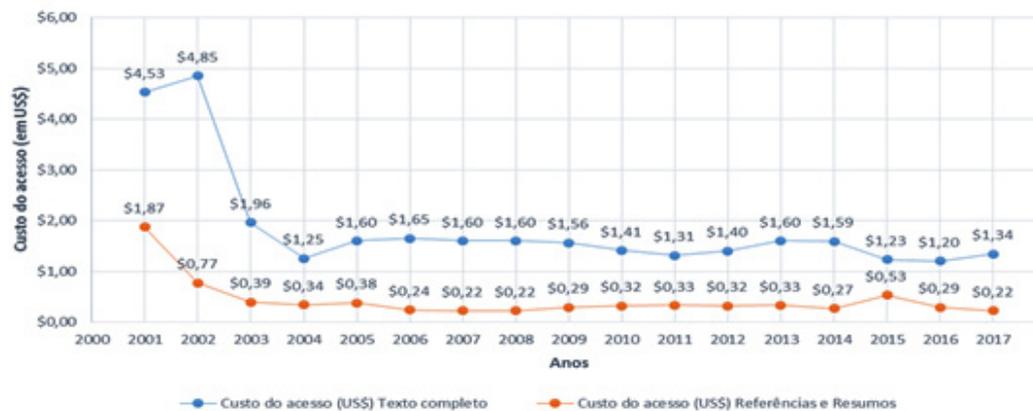
Gráfico 4.6 - Evolução do número de acessos ao Portal de Periódicos de 2001 a 2017



Fonte: CAPES

O Gráfico 4.7 traz o custo de acesso aos conteúdos assinados pelo Portal de Periódicos. Estes caíram desde o início da biblioteca e alcançaram certo equilíbrio a partir de 2004, padrão desde então.

Gráfico 4.7 – Evolução do custo de acesso ao conteúdo assinado pelo Portal de Periódicos da CAPES de 2001 a 2017



Fonte: CAPES

4.17.5 Treinamentos do Portal de Periódicos

Em 2015, foram realizados 38 treinamentos presenciais, dentro das instituições de ensino e pesquisa, com 4.132 capacitados. A partir de 2016, os treinamentos passaram a ser realizados de forma virtual, por intermédio da ferramenta ConferênciaWeb (serviço de comunicação e colaboração da RNP, que possibilita que, mesmo distantes geograficamente, os participantes compartilhem áudio, vídeo, texto, imagens, quadro branco e a tela de seus computadores). Diferente dos anos anteriores, as capacitações consistiram em explanações expositivas e interativas em ambiente virtual, com acesso em tempo real às bases de dados assinadas. Os que representaram o Portal de Periódicos da CAPES durante os treinamentos, foram responsáveis pelas apresentações da interface de busca e de alguns conteúdos assinados pelo Portal. Ressalta-se que alguns representantes de conteúdos assinados também participaram do processo. Em 2016, foram ministrados 222 treinamentos com 6.027 capacitados. Em 2017, estes números cresceram para 605 (602 virtuais e três presenciais) treinamentos e 11.290 capacitados, indicando um aumento de 87% de capacitados em relação ao ano anterior. O crescimento justifica-se pela alteração de seu formato, que passou a ser realizado em ambiente virtual, facilitando tanto as inscrições como a participação dos usuários nestas oportunidades.

4.17.6 Produção Científica e Tecnológica

Dados da *Web of Science (core collection)* da editora *Clarivate Analytics* mostram um crescimento do número de artigos de autoria de pesquisadores vinculados a instituições de ensino e de pesquisa brasileiras em periódicos internacionais. A posição do Brasil na produção científica mundial passou da 17ª posição em 2002 para a 13ª, em 2009 - mantendo o posicionamento em 2017.

Estes dados mostram como a expansão e a qualidade da pós-graduação brasileira podem ser verificadas também no crescimento da participação na produção científica mundial. Conseqüentemente, outro reflexo é o aumento do número de periódicos brasileiros indexados na *Web of Science (core collection)* nos últimos anos. Os resultados permitem observar o esforço da CAPES, perante editoras internacionais, em reconhecer a qualidade das revistas brasileiras.

A indexação de revistas brasileiras, nas principais bases de dados internacionais, permite verificar um extraordinário incremento na visibilidade mundial da

produção científica brasileira, conforme mostra a Tabela 4.10.

Tabela 4.10 – Ranking mundial da produção científica de 2017

Nº	Country/Territory	Web of Science Documents
1	USA	453.626
2	China	366.982
3	Germany	124.982
4	England	121.334
5	Japan	87.749
6	France	83.047
7	Italy	77.355
8	India	76.923
9	Canada	76.420
10	Australia	71.914
11	Spain	64.956
12	South Korea	62.501
13	Brazil	50.338
14	Russia	46.963
15	Netherlands	44.554

Fonte: InCites, Clarivate Analytics

Nota: Foram considerados como produção científica apenas os documentos do tipo artigo revisão e trabalhos apresentados em congressos.

(1) Dados coletados em 02/05/2018.

(2) A base de dados InCites, à época, havia sido atualizada em 28/04/2018 e incluía o conteúdo indexado pela base de dados Web of Science até 26/02/2018.



Equipe técnica da Diretoria de Programas e Bolsas no País (DPB) com o diretor e seus coordenadores

5 FORMAÇÃO DE PROFESSORES E EDUCAÇÃO BÁSICA

Dada a recomposição orçamentária a CAPES — atenta à formação de professores da educação básica e ao desenvolvimento e melhoria da qualidade deste nível de ensino — não poupou esforços para atender e garantir a manutenção dos programas presenciais e a distância, especialmente a partir do segundo semestre de 2016 e em 2017. À frente destes programas, estão a Diretoria de Formação de Professores de Educação Básica (DEB) e Diretoria de Educação a Distância (DED).

Na DEB, destacam-se a coordenação, fomento e operacionalização do Programa Nacional de Formação de Professores da Educação Básica (Parfor) e do Programa Institucional de Bolsa de Iniciação à Docência (Pibid). Enquanto na DED, ocorre a operacionalização das ações de articulação, aprovação, implantação, coordenação, fomento e monitoramento dos programas e cursos superiores em Educação à Distância (EaD). Estes ministrados por Instituições Públicas de Ensino Superior (IPES), em polos de apoio presencial, por intermédio do Sistema Universidade Aberta do Brasil (SisUAB). Além da coordenação do Sistema UAB, a Diretoria de Educação a Distância é igualmente responsável pela gestão dos Mestrados Profissionais para Qualificação de Professores da Rede Pública de Educação Básica — PROEBs — voltados aos professores deste nível.



Da esquerda para direita: a coordenadora geral da CGV, Claudete Cardoso, diretor da DEB, Carlos Modernel Lenuzza e a coordenadora geral da CGDOC, Izabel Lima.

5.1 A Formação de Professores para Educação Básica

Na indução da qualidade e no fomento direcionado à educação básica, a atenção da CAPES foi garantir os recursos para atender os programas de formação de professores e iniciativas de valorização do magistério em andamento na Diretoria de Formação de Professores da Educação Básica como o Parfor e o Pibid, descritos a seguir.

5.1.2 Programa Nacional de Formação dos Professores da Educação Básica - Parfor

O Parfor fomenta a oferta de turmas especiais em cursos de licenciatura, segunda licenciatura e formação pedagógica para professores em serviço na rede pública de educação básica. Todavia, as restrições orçamentárias ocorridas em 2015 tiveram como consequência o adiamento da implementação das 446 novas turmas ofertadas naquele ano. A recomposição orçamentária, em 2016, permitiu o financiamento dessas turmas e concretizou o acesso de 14.504 professores da educação básica para formação em curso de licenciatura.

A distribuição das matrículas seguiu a tendência do programa de se concentrar nas regiões Norte e Nordeste, identificadas como as mais carentes no acesso de professores da educação básica à formação superior, como mostra a Tabela 5.1.

Tabela 5.1 - Distribuição regional das matrículas em 2016 e 2017

Região	Percentual de matrícula por região
Norte	32,09%
Nordeste	58,00%
Centro-Oeste	2,13%
Sul	6,23%
Sudeste	1,55%
Total	100,00%

Fonte: CAPES

O Parfor fomentou, no biênio 2016 e 2017, um total de 1.281 turmas, conforme é apresentado na Tabela 5.2. Neste número, estão incluídas 835 turmas, cujo início das atividades acadêmicas ocorreu em anos anteriores.

Tabela 5.2 - Síntese Parfor em 2016 e 2017

Turmas	1.281
Alunos cursando	22.605
Alunos formados	9.236

Fonte: CAPES

Desde o seu lançamento, o Parfor fomentou 2.901 turmas, formou 44.004 professores e seguiu apoiando em 2018, 613 turmas com um total de 16.488 matriculados.

5.2 Programa Institucional de Bolsa de Iniciação à Docência - Pibid

O Pibid tem por objetivo elevar a qualidade da formação de estudantes de licenciatura, contribuindo para o aperfeiçoamento dos cursos de formação de professores e para a melhoria da qualidade da educação básica brasileira. O fomento da CAPES consiste no apoio a projetos de instituições de ensino superior, que envolvam a participação de estudantes de licenciatura em atividades pedagógicas em escolas públicas de educação básica, sob a supervisão de professores da escola (denominados supervisores) e orientação de professores da IES (denominados coordenadores).

São objetivos do Pibid:

- incentivar a formação de docentes em nível superior para a educação básica;
- contribuir para a valorização do magistério;
- elevar a qualidade da formação inicial de professores nos cursos de licenciatura, promovendo a integração entre educação superior e educação básica;
- inserir os licenciados no cotidiano de escolas da rede pública de educação, proporcionando-lhes oportunidades de criação e participação em experiências metodológicas, tecnológicas e práticas docentes de caráter inovador e interdisciplinar que busquem a superação de problemas identificados no processo de ensino-aprendizagem;
- incentivar escolas públicas de educação básica, mobilizando seus professores como também formadores dos futuros docentes, e torná-las protagonistas nos processos de formação inicial para o magistério;

- contribuir para a articulação entre teoria e prática necessárias à formação dos docentes, elevando a qualidade das ações acadêmicas nos cursos de licenciatura.

5.2.1 Financiamento

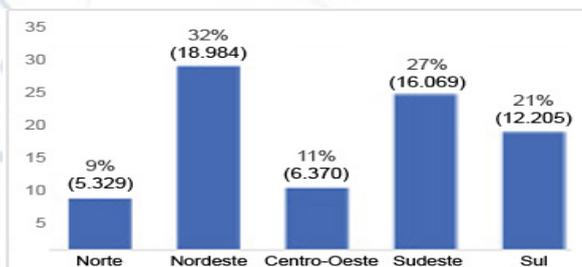
O financiamento do Pibid compreende a concessão de recursos de custeio para as instituições e cotas de bolsas pagas diretamente aos beneficiários. As modalidades de bolsa são: iniciação à docência, para estudantes de licenciatura, coordenação institucional e coordenação de área, para professores universitários, e supervisão, para professores da escola pública de educação básica.

5.2.2 Abrangência Geográfica

Os projetos do Pibid, desenvolvidos no período de maio de 2016 a dezembro de 2017, foram uma continuidade dos editais 61/2013 e 66/2013. Este último específico para as licenciaturas interculturais indígena e do campo. A vigência dos projetos era de até 48 meses, com fim previsto para fevereiro de 2018. Em dezembro de 2017, estavam disponíveis 58.957 bolsas para os alunos de licenciatura vinculados a 273 instituições formadoras.

O Gráfico 5.1 apresenta, respectivamente, a distribuição das bolsas por região.

Gráfico 5.1 - Licenciandos bolsistas por região do Pibid em 2017



Fonte: CAPES



Equipe técnica da Diretoria de Formação de Professores de Educação Básica (DEB) com o diretor e seus coordenadores.

5.3 O Sistema Universidade Aberta do Brasil

O Sistema Universidade Aberta do Brasil foi instituído pelo Decreto nº 5.800, de 08 de junho de 2006, com a finalidade de expandir e interiorizar a oferta de cursos e programas de educação superior no país. Este

sistema é integrado por 106 instituições públicas de ensino superior e 770 polos EAD/UAB, os quais foram distribuídos em todas as unidades da federação.

Nesta perspectiva, a Universidade Aberta do Brasil oferece prioritariamente cursos de licenciatura e de formação continuada para professores da educação básica. O Sistema UAB opera em regime de colaboração entre a União e os entes federados, em especial com os municípios, estimulando a criação de centros de formação permanentes por meio dos polos de apoio presencial em localidades estratégicas. Ele ainda propicia a criação e a efetivação de tecnologias de informação e de comunicação (TICs), vinculadas à melhoria do ensino.

Ao garantir a presença da universidade pública no interior do país, o Sistema UAB e seus objetivos convergem — somados a outras ações do Ministério da Educação (MEC) — para o alcance das metas 12, 13, 14, 15 e 16 do Plano Nacional de Educação 2014-2024 (PNE). Ademais, o Sistema contribui para a melhoria do índice de Desenvolvimento da Educação Básica (Ideb) e incentiva os desenvolvimentos local e regional.



Da esquerda para direita: Carlos Lenuzza, diretor da DED, coordenadores gerais: Alexandre Póvoa, COAP e Luiz Lira, CGPC; Maria Cristina Mesquita, assessora da DED e os coordenadores Cid Luiz de Medeiros, CCB e Bruno Nunes, CGFO.

5.3.1 Edital nº 75/2014

Publicado em dezembro de 2014, o Edital nº 75/2014 objetivava selecionar, no âmbito da UAB, as propostas de ofertas de novas vagas em cursos superiores na modalidade a distância, as quais deveriam ser preenchidas no período de 1 de julho de 2015 a 30 de junho de 2016. Em 2015, houve a previsão de matrícula de parte dos 194 mil alunos aprovados no edital. Entretanto, em função de restrições orçamentárias, a admissão de novos alunos não foi concretizada no exercício.

A partir da autorização para retomada do Edital nº 75/2014, no segundo semestre de 2016, aconteceu o ajuste de vagas e de polos solicitado pelas IPES e a autorização de realização de processos seletivos de alunos para ingresso nos cursos ofertados por meio do Sistema UAB. O Quadro 5.1 apresenta as vagas deferidas por meio do edital.

Quadro 5.1 - Vagas deferidas pelo Edital nº 75/2014 - articulação de cursos UAB

Vagas totais deferidas: 205.214			
Graduação: 116.486 (57%)		Pós-graduação: 88.728 (43%)	
Área de Educação			
Total	Licenciatura	Especialização	
131.399 (64%)	90.392 (44%)	41.007 (20%)	
Área de Gestão Pública			
Total	Bacharelado	Especialização	
40.114 (19%)	12.968 (6%)	27.146 (13%)	
Outras áreas			
Total	Bacharelado	Especialização	Tecnólogo
33.698 (17%)	6.299 (3%)	20.572 (10%)	6.827 (3%)

Fonte: SisUAB

A seguir, o Quadro 5.2 apresenta a distribuição regional das vagas deferidas e projetadas por modalidades de cursos.

Quadro 5.2 - Vagas deferidas por Região, Edital nº 75/2014 - articulação de cursos UAB

Distribuição Regional das Vagas Propostas					
Total	Norte	Nordeste	Centro-Oeste	Sudeste	Sul
205.214	10.842	70.579	22.060	58.270	43.463
100%	6%	34%	11%	28%	21%
Vagas de graduação (Licenciaturas, Bacharelados e Tecnólogos)					
Total	Norte	Nordeste	Centro-Oeste	Sudeste	Sul
116.486	6.227	47.472	10.845	27.199	24.743
Licenciaturas					
Total	Norte	Nordeste	Centro-Oeste	Sudeste	Sul
90.392	5.481	37.945	8.034	20.039	18.893
Bacharelados					
Total	Norte	Nordeste	Centro-Oeste	Sudeste	Sul
19.267	746	7.966	2.097	5.450	3.008
Tecnólogos					
Total	Norte	Nordeste	Centro-Oeste	Sudeste	Sul
7.867	0	1.561	714	2.842	2.750
Vagas de pós-graduação (Especialização)					
Total	Total	Formação Professores	Formação Gestor Público	Outros	
	88.728	41.007	27.146	20.572	
	100%	46%	31%	23%	
Norte	4.615	3.295	1.200	120	
Nordeste	23.107	7.404	8.264	7.439	
Centro-Oeste	11.212	6.720	2.311	2.181	
Sudeste	31.071	14.887	8.410	7.774	
Sul	18.720	8.701	6.961	3.058	

Fonte: SisUAB

Com o ingresso de matrículas no Sistema UAB no segundo semestre de 2016, até dezembro de 2017, foram preenchidas 173.629 vagas, conforme a Tabela 5.3.

Tabela 5.3 - Edital nº 75/2014 - número de matrículas

Início Previsto da Oferta	Vagas Deferidas	Alunos Cadastrados
2º SEM. 2016	18.540	16.490
1º SEM. 2017	89.004	78.577
2º SEM. 2017	89.460	74.401
Total	197.004	173.629

Fonte: SisUAB

5.3.2 Articulação de Cursos, Vagas e Polos do Sistema UAB

No Edital nº 75/2014, foi adotado um modelo de proposição de vagas, voltado preferencialmente para os pedidos vindos das IPES. Entretanto, com certa frequência, a demanda de forma articulada com os estados e municípios não foi observada, causando algumas distorções.

Deste modo, em virtude da necessidade de redirecionamento gerencial dos processos sob a responsabilidade da DED/ CAPES e com o intuito de propor a implantação de métodos e procedimentos mais

eficientes e transparentes à coordenação do Sistema UAB, foram implantados novos modelos de articulação de cursos, vagas e polos UAB, com o objetivo de:

- reduzir a evasão nos cursos do Sistema UAB;
 - melhorar a eficiência do programa;
 - monitorar a qualidade dos cursos UAB;
 - garantir a articulação da oferta e da demanda com a participação de todos os atores do processo;
 - promover a institucionalização do Sistema UAB;
 - favorecer a mobilidade estudantil na própria instituição e entre as IPES partícipes da UAB;
 - propiciar a portabilidade de cursos;
 - promover a disseminação tecnológica e serviços entre as IPES partícipes do Sistema UAB.
- A seguir, estão dispostas algumas estratégias adotadas para a efetivação dos objetivos:
- adoção e implementação dos índices de eficiência e evasão de cursos;
 - ações referentes ao acolhimento de alunos e redução da evasão;
 - implementação de melhorias no acompanhamento dos polos;
 - melhoria da gestão dos polos;
 - implantação de novos polos UAB.

Na linha do redirecionamento dos processos, em

2016 a CAPES deu continuidade ao previsto no Edital nº 03/2015 - Fomento à inovação para o desenvolvimento e aplicação de Tecnologias de Informação e Comunicação em Educação, no âmbito do Sistema Universidade Aberta do Brasil. Como resultado, foram aprovados 22 projetos de 14 instituições, com temas de laboratórios virtuais, gestão da informação, jogos educativos, e ferramentas para aprendizagem móvel, ferramentas preditivas de evasão, entre outros. Os projetos aprovados envolveram valores entre R\$57 mil e R\$450 mil.

Uma ação benéfica ao Sistema UAB foi a criação do portal eduCAPES. Este portal de conteúdos educacionais tem como proposta o compartilhamento e a disponibilização de ferramentas tecnológicas voltadas ao ensino e é destinado a qualquer cidadão, de dentro ou fora do programa UAB, que queira buscar conteúdos do ensino básico ou superior.

No ano seguinte, a plataforma eduCAPES disponibilizou mais de 100 mil objetos educacionais. Em breve, o eduCAPES incorporará conteúdos da Universidade Aberta de Portugal e, em 2018, há previsão do lançamento da versão mobile por meio de aplicativos.

Em 2017 foi constituído o Grupo de Trabalho (GT), composto pelas seguintes instituições e seus representantes: CAPES, Ministério da Educação/SESU, Associação Nacional dos Dirigentes das Instituições Federais de Ensino Superior (Andifes), Conselho Nacional das Instituições da Rede Federal de Educação Profissional, Científica e Tecnológica (Conif), Associação Brasileira dos Reitores das Universidades Estaduais e Municipais (Abruem), e Fórum Nacional de Coordenadores do Sistema da Universidade Aberta do Brasil (ForUAB), como instituição convidada. O objetivo do GT foi tratar das ações necessárias à institucionalização da EAD que mais impactam o Sistema UAB, ou por ele são impactados.

Como resultado, foi elaborado um documento orientador com a finalidade de guiar as instituições do Sistema UAB a promoverem ações de institucionalização, como a incorporação da EAD em suas atividades regulares – visto o incentivo para uma educação híbrida. Este formato proporcionaria a junção da educação presencial com a educação a distância, como modalidades complementares e de igual importância na construção de ambientes de aprendizagem no ensino superior.

Na ordem da recomposição de ações, também em 2017, os encontros regionais de coordenadores de polos foram resgatados, em parceria com as IPES integrantes da UAB. Participaram dos eventos presenciais, aproximadamente 400 coordenadores de polo, além de



A partir da esquerda, os coordenadores: Carlos Rezende da CPCF, Joana Paula Alves da CAAC, Bruno Nunes da CGFO; Carlos Lenuzza, diretor da DED; Luiz Lira da CGPC, Rogério Oliveira da CSF e Alexandre Martins da CTED.

coordenadores UAB, secretários de polo e de educação.

Como consequência do diálogo entre os diferentes atores nos encontros, foram identificados avanços e desafios relevantes para o aprimoramento da qualidade do ensino. Considerando que um dos aspectos a serem trabalhados envolve diretamente as questões relacionadas à gestão e à comunicação entre os pares, deu-se início à elaboração de um curso de gestão a ser disponibilizado online pela CAPES – de modo continuado a todos aqueles atuantes direta ou indiretamente nos polos. Igualmente o atendimento para os polos e IPES foi implementado pela Diretoria de Educação a Distância - por meio de sua Coordenação de Apoio a Polos (COAP) – via aplicativo WhatsApp, e a ouvidoria da COAP para o público externo, com a finalidade de receber críticas, elogios e sugestões.

5.3.3 Componentes Orçamentários do Sistema UAB (2016/2017)

O fomento às IPES do Sistema UAB ocorre em duas modalidades: pagamento de bolsas para a equipe docente e repasses de recursos de custeio e capital para atender elementos de despesas necessários à criação, desenvolvimento e manutenção de cursos. Os investimentos ocorridos em 2016 e 2017 somam R\$738,2 milhões, conforme Tabela 5.4.

O valor investido em 2017 totalizou cerca de R\$337 milhões, contabilizando aproximadamente R\$222 milhões para o pagamento de bolsas, e R\$115 milhões para os repasses. Com estes recursos, foram matriculados os alunos aprovados no Edital nº 75/2014, permitindo o atendimento de mais de 200 mil alunos ativos.

Tabela 5.4 - Orçamento investido em 2016 e 2017 - DED/ CAPES

Ação Orçamentária	Orçamento investido 2016	Orçamento investido 2017*	Investimento Acumulado
20RJ - PO 002 (Bolsa)	255.936.191,00	222.070.726,84	478.006.917,84
20RJ - PO 004 (Fomento)	145.274.398,00	115.012.714,14	260.287.112,14
Total	401.210.589,00	337.083.440,98	738.294.029,98

Fonte: Sistema Integrado de Administração Financeira - SIAFI - 24/05/2018

***Nota:** orçamento executado somente em 2017. Há empenhos com orçamento de 2017 aguardando liquidação.

5.4 Mestrados Profissionais para Qualificação de Professores da Rede Pública de Educação Básica - PROEB

O Programa de Mestrado Profissional para Qualificação de Professores da Rede Pública de Educação Básica (PROEB) tem por objetivo, como o próprio título informa, fomentar a manutenção e o desenvolvimento dos programas de pós-graduação em mestrado profissional recomendados pela CAPES, para a qualificação de docentes do ensino básico das redes públicas. O programa apoia financeiramente as instituições de ensino superior para atendimento ao custeio

das atividades pertinentes à manutenção de seus alunos regularmente matriculados, bem como bolsas de estudos ao nível de 30% das matrículas efetivas para discentes que comprovem carências de natureza socioeconômicas.

Em 2017, foram implementadas ações técnicas de monitoramento dos PROEBs, que visitam as escolas onde atuam os professores cursistas egressos dos cursos e verificam o impacto da formação, assim como a aplicabilidade dos produtos educacionais gerados a partir das dissertações que buscam a melhoria da prática e do método de ensino nas áreas abrangidas.

No mesmo ano, houve a reformulação da política de concessão de bolsas e custeio do PROEB, por meio da publicação da Portaria CAPES nº 61/2017, que possibilitou ampliar o atendimento, permitindo o ingresso de novos programas nas áreas de Química (PROFQUI), Filosofia (PROFilo), Biologia (PROFBIO). O investimento anual do programa alcançou R\$ 39 milhões em bolsas para os professores cursistas e R\$6,2 milhões em custeio, destinados à manutenção dos cursos em mais de 98 universidades públicas em todo o país. Esses números representam um comprometimento de 13% do orçamento anual da DED/ CAPES.

A Tabela 5.5 apresenta os dados dos números de matrículas realizadas entre 2016 e 2017 na esfera dos

PROEBs, conforme a área do conhecimento.

Tabela 5.5 - Dados de matrículas do PROEBs ocorridos em 2016 e 2017

Programas	Nº de Matrículas
Artes	151
Biologia	446
Filosofia	180
Física	1.210
Gestão Pública	576
História	407
Letras	1.535
Matemática	2.542
Química	180
Total	7.227

Fonte: Plataforma Sucupira, 12/2017

A Tabela 5.6, por sua vez, traz o número de discentes titulados no período de 2016 a 2017, quando 930 se formaram, em sua maioria, no PROFMAT. O Programa obteve 689 alunos titulados, 74,08% do total de formados.

Tabela 5.6 - Número de professores titulados pelo PROEB em 2016 e 2017

Titulados	Profmat	Profartes	Profletras	Profis	Profhistória	Profiap	Total
2016	171	2	37	28	11	4	253
2017	518	3	76	52	14	14	677
Total	689	5	113	80	25	18	930

Fonte: Plataforma Sucupira, 12/2017

Considerado o conjunto das ações da Diretoria de Educação Básica e da Diretoria de Educação a Distância, observa-se o empenho da CAPES, especialmente a partir do segundo semestre de 2016, em manter as políticas de aperfeiçoamento de recursos humanos e a formação de professores da educação básica em nível superior. O intuito da fundação foi assegurar a formação específica, de modo continuado e em nível de pós-graduação, conforme área de atuação de cada professor, e em acordo com metas previstas no Plano Nacional de Educação 2014 - 2024.



Equipe técnica da Diretoria de Educação a Distância (DED) com o diretor e seus coordenadores.

6. TECNOLOGIA DA INFORMAÇÃO

Para amparar e alinhar as áreas finalísticas da CAPES, a Diretoria de Tecnologia da Informação (DTI) oferece apoio, suporte, sustentação e criação de novas soluções na área de Tecnologia da Informação e Comunicação (TIC), por meio do desenvolvimento de sistemas de informações.

6.1 Principais Ações

A área de Tecnologia da Informação e Comunicação é responsável por garantir a infraestrutura necessária para as atividades da CAPES, incluindo concessão e pagamento de bolsistas e pesquisadores, avaliação da pós-graduação (Plataforma Sucupira), acesso e difusão de informações científicas (Portal de Periódicos), apoio à formação de professores da educação básica e à Universidade Aberta do Brasil – UAB.

Podem-se destacar, no período de referência deste Relatório, o desenvolvimento, a manutenção e a sustentação de 118 sistemas e aplicativos ativos. Todos garantidores da qualidade dos dados e das informações coletadas, produzidas, analisadas, processadas e disseminadas nas demais diretorias, e atuantes para:

- administrar e promover a inscrição em cerca de 200 diferentes programas voltados à concessão de bolsas e auxílios de pós-graduação no Brasil e no exterior;
- desenvolver, sustentar e acompanhar o sistema da Universidade Aberta do Brasil (UAB); o Portal eduCAPES, destinado ao uso de alunos e professores da educação básica e do ensino superior; a Plataforma Freire v.2, onde estão os cadastros dos professores da educação básica e a disponibilização de vagas para melhorar a formação destes profissionais. A Plataforma, após dois meses de lançamento, apresentava mais de 100.000 inscritos e mais de 30.000 solicitações de vagas de cursos superiores;
- gerenciar o conjunto de acompanhamento de cerca de 215.000 bolsistas no Brasil e exterior; e de pagamento mensal para discentes, docentes e pesquisadores por meio de 250.000 transações bancárias, que movimentam mais de R\$ 450 milhões por mês;
- administrar a Plataforma Sucupira⁶, utilizada na avaliação da pós-graduação stricto sensu do Brasil, e que recebe a visita de mais de 500 mil usuários por ano, totalizando 57 milhões de páginas visualizadas;
- disponibilizar, gerenciar e acompanhar o Portal da CAPES, acessado por 3 milhões de usuários, com a visualização de mais de 16 milhões de páginas em 197 países; e com acessos superiores a 113 milhões, por estudantes, professores e pesquisadores de 365 instituições de ensino e pesquisa brasileiras;
- desenvolver e sustentar os programas de internacionalização, como o Sistema de Controle de Bolsas e Auxílios (SCBA) - desenvolvido pela própria DTI - e responsável por mais de 50 mil concessões, e atendimento a cerca de 300.000 usuários no envio e recebimento de comunicações pelo sistema Linha Direta, acessado em 54 países;
- administrar o Sistema de Prestação de Contas da CAPES (SIPREC), permitindo, por ano a mais de 25 mil beneficiários de concessões, a realização da prestação de contas eletrônica.

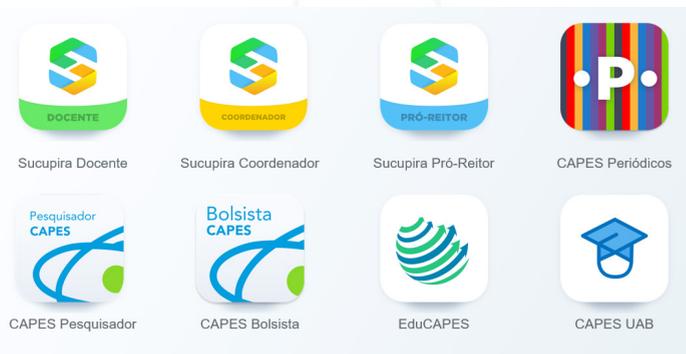
Destaca-se ainda a disponibilização de serviços digitais aos usuários externos por meio de dispositivos móveis e inteligentes, como o aplicativo mobile do Bolsista CAPES. Somam-se também os aplicativos para acesso ao Portal de Periódicos e ao Sucupira Pró-Reitor,



No centro, diretor da DTI, Sandro de Oliveira Araújo, à sua direita o coordenador geral da CGII, Carlos Eduardo Marinho, à sua esquerda o coordenador geral da CGS, Gustavo Portella.

e os em desenvolvimento para funcionamento em 2018, como o Pesquisador CAPES, eduCAPES, CAPES UAB, entre outros, conforme a Figura 6.1.

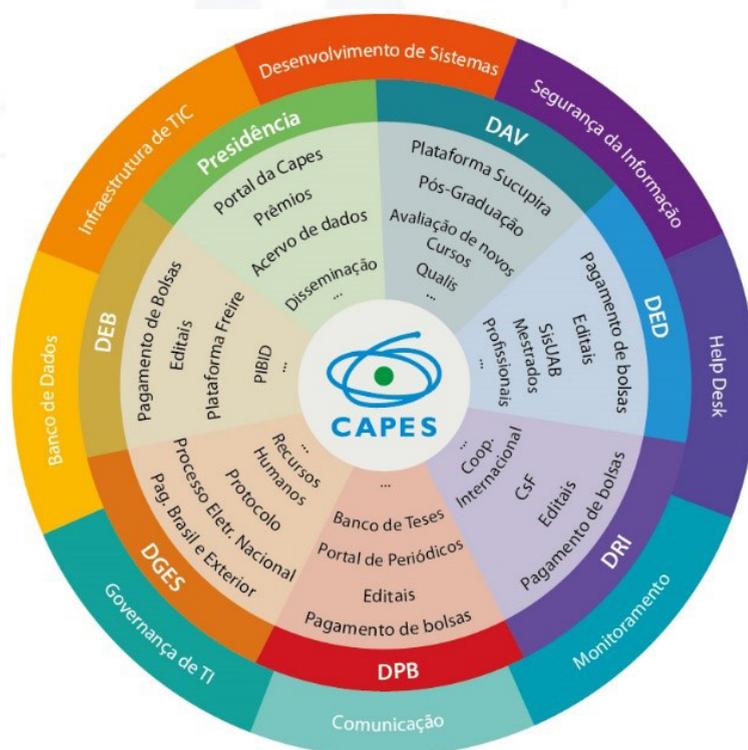
Figura 6.1 - Aplicativos para dispositivos móveis desenvolvidos para os usuários de sistemas da CAPES



Fonte: CAPES

No tocante a outras atividades de sustentação das áreas finalísticas da CAPES, a Figura 2.2 apresenta as principais ações da DTI.

Figura 6.2 - Infraestrutura de TIC necessária para sustentação das ações finalísticas da CAPES



Fonte: CAPES

6.2 Plano Diretor de Tecnologia da Informação e Comunicação (PDTIC)

Como órgão federal e vinculada ao Sistema de Administração dos Recursos de Tecnologia da Informação (SISP), a CAPES, por meio da DTI, elabora um Plano Diretor de Tecnologia da Informação e Comunicação (PDTIC). O Plano apresenta um diagnóstico, planejamento e gestão dos recursos e processos de TIC para determinado período ou vigência. O PDTIC tem como objetivo maior a promoção da melhoria contínua da performance da organização, e fornece o alinhamento das soluções da área. Este alinhamento se desdobra em objetivos estratégicos a serem atingidos por meio da realização de ações e do cumprimento de metas e indicadores. Desse modo, o PDTIC representa uma ferramenta norteadora para a estratégia organizacional em um processo gerencial atualizado, conforme apresentado na Figura 6.3.

Figura 6.3 - Mapa Estratégico do PDTIC da CAPES de 2017- 2019



Fonte: CAPES

Nota: PDTIC 2017-2019, p. 38, disponível em: http://www.capes.gov.br/images/documentos/Documentos_de_area_2017/25102018_Plano_0819424_PDTIC_2017_2019___Revisao_Anual_versao2.4.pdf

⁶Sistema desenvolvido pela CAPES e pela Universidade Federal do Rio Grande do Norte (UFRN) para coletar informações, realizar análises e avaliações que servem como base de referência do Sistema Nacional de Pós-Graduação (SNPG).

6.3 Avaliação Quadrienal dos Programas de Pós-graduação Stricto Sensu brasileiros

A Avaliação Quadrienal dos programas de pós-graduação stricto sensu brasileiros, concluída em 2017, foi um marco para a fundação. Sabendo da importância desta Avaliação para as políticas públicas educacionais, a Diretoria de Tecnologia da Informação iniciou com antecedência o planejamento e a execução das ações e projetos para atendimento do evento.

Lançada em 2014, a Plataforma Sucupira, sistema composto por vários módulos e responsável pela operacionalização da Quadrienal, foi aperfeiçoada ao longo de seus três primeiros anos de funcionamento. Durante o período, a Plataforma passou por evoluções operacionais a fim de melhorar a performance do sistema no todo, e especialmente atender ao novo processo de avaliação, com a integração final de todas as atividades em uma só ferramenta.

Pela primeira vez nas avaliações periódicas realizadas na CAPES, a glosa de dados de produção foi feita de forma sistêmica, e a indicação de coordenador de área foi integrada ao processo, com destaque para a elevada confiabilidade do módulo de ficha de avaliação. Ressalta-se que a preparação do conjunto de indicadores para a Quadrienal foi construída de forma a colher e armazenar insumos inclusive para a próxima avaliação - a ser realizada em 2021.

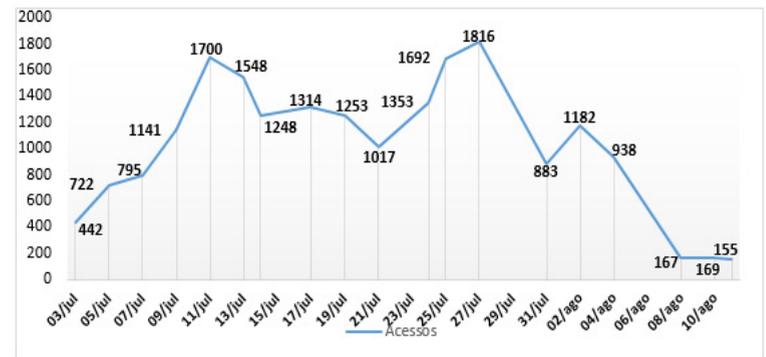
Em outra ação, com o objetivo de aprimorar a rede sem fio a ser utilizada por consultores e visitantes da sede da CAPES em Brasília, a DTI deu início ao projeto de uma nova rede sem fio e corporativa. No projeto, foi estabelecido que essa rede deveria ter alta velocidade, cobertura total de sinal independente do layout a ser adotado nos andares, alta segurança de acesso; ser tecnologicamente atualizada; e, principalmente, suportar a alta demanda para a Avaliação Quadrienal de 2017 e da seguinte.



A partir da esquerda, os coordenadores: Daniel Resende da DSU, Edmilson Chaves Jr. da CSAPG, Gilene do Espírito Santo da CSAE e Gabriel Resende da CSAB.

O orçamento inicial do projeto fora estimado em R\$1,5 milhão para a aquisição de uma nova solução que atendesse a todos aqueles quesitos. Entretanto, em virtude do bom planejamento e arquitetura de solução, o valor final apresentou-se inferior a R\$700 mil. O sucesso da implantação da nova rede foi verificado ao coletar informações sobre o seu uso durante o evento, a exemplo no pico de 1.816 dispositivos conectados, conforme Gráfico 6.1.

Gráfico 6.1 - Avaliação Quadrienal de 2017 - acessos a rede sem fio da CAPES



Fonte: CAPES

Considerados os retornos positivos quanto ao acesso e ao uso da rede sem fio no decorrer da Avaliação, e somada a economia para o erário público no tocante ao orçamento inicial, o projeto foi considerado exitoso desde a arquitetura até a execução.

Para a Quadrienal de 2017, a DTI providenciou 300 notebooks e 300 licenças do Microsoft Office, a fim de prover todos os recursos necessários para um trabalho confortável e com desempenho adequado. Essas máquinas, somadas ao contingente já adquirido pela fundação, foram suficientes para atender o evento a contento. Ainda assim, a fim de evitar qualquer contratempo nos trabalhos da Avaliação, havia uma reserva técnica a ser utilizada em caso de pane em algum equipamento.

Ciente de que a Avaliação Quadrienal demandaria o uso intenso dos sistemas e aplicativos disponíveis - notadamente a Plataforma Sucupira e a Solução Statistical Analysis System (SAS) - suas capacidades de processamento e velocidade de acesso foram revistas. Desse modo, a CAPES disponibilizou mais recursos computacionais, e um processo especial de monitoramento foi implantado pela DTI. O SAS teve sua capacidade triplicada, e a Plataforma Sucupira apresentou-se apta a ter sua capacidade expandida de modo imediato. O conjunto de ações favoreceu sobremaneira o trabalho dos consultores, ao conceder rápido e eficiente acesso às informações a serem analisadas.

6.4 Desafios da Tecnologia da Informação e Comunicação

Ciente da responsabilidade de garantir toda a infraestrutura operacional da CAPES, assim como de desenvolver e inovar quando preciso, a área de TIC atua continuamente para responder agilmente aos desafios impostos, tais como:

- manter atualizado o parque computacional da CAPES - mediante a troca dos equipamentos e atualização de tecnologias novas;
- integrar aplicativos e bancos de dados, visando o aumento da eficácia e eficiência na geração de informações relacionadas aos processos analisados pelos órgãos;
- propiciar a sustentação com maior disponibilidade, confiabilidade, rapidez e segurança de todos os programas e atividades;
- fortalecer os mecanismos de segurança da informação;
- atrair gradualmente o público externo para o uso das ferramentas disponibilizadas pela CAPES, e expandir o acesso das informações;
- ampliar os mecanismos de monitoramento dos

ativos da TIC;

- revisar e integrar os processos de TIC aos procedimentos das áreas finalísticas da CAPES;
- manter a disponibilização dos dados abertos da CAPES para a sociedade, seguindo as diretrizes legais, definidas principalmente pela Política de Governança Digital (Decreto nº 8.638/2016);
- alinhar a governança institucional e a governança de TIC.



Equipe técnica da Diretoria de Tecnologia da Informação (DTI) com o diretor e seus coordenadores.



CAPES

www.capes.gov.br